


Seguros & Cidadania


40.º ANIVERSÁRIO DA
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE SEGURADORES






40 anos

 Siga-nos:
www.apseguradores.pt

 Para ver e fazer download desta revista online aceda às Publicações Periódicas, no site da APS.

 Publicação
Rua Rodrigo da Fonseca, 41
1250-190 Lisboa

Design e paginação
Zincodesign

Tiragem
online

Produção
Tutti-Frutti

Depósito Legal
440692/18

Dezembro 2022

04. EDITORIAL - ALEXANDRA QUEIROZ, DIRETORA GERAL DA APS

01. INSTITUCIONAL

06. 40 ANOS DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURADORES
CRONOLOGIA: QUATRO DÉCADAS DE HISTÓRIA

12. À CONVERSA: 40 ANOS DE APS, PELA VOZ DOS SEUS CINCO DIRETORES

18. JANTAR COMEMORATIVO: CASA CHEIA PARA CELEBRAR

02. DESTAQUE

21. LOURENÇO PEREIRA COUTINHO: "OS 40 ANOS PASSADOS E OS DESAFIOS DO FUTURO"

29. DIANA SOLLER, INVESTIGADORA EM POLÍTICA INTERNACIONAL: "ESTAMOS PERANTE UMA DIVISÃO DO MUNDO ENTRE DEMOCRACIAS E AUTOCRACIAS"

36. MIGUEL FARIA E CASTRO, ECONOMISTA SÉNIOR DA RESERVA FEDERAL DE ST. LOUIS: "DESTA VEZ, TEMOS A OPORTUNIDADE DE NOS PREPARARMOS PARA UMA EVENTUAL RECESSÃO"

42. NOVA VERSÃO DA APP E-SEGURNET

03. SEGUROS EM NÚMEROS

45. EVOLUÇÃO DO MERCADO ENTRE JANEIRO E SETEMBRO DE 2022

04. LITERACIA FINANCEIRA

46. NOVO LIVRO DA COLEÇÃO SEGUROS E CIDADANIA: NAS JORNADAS MUNDIAIS DA JUVENTUDE, NUNCA É DEMAIS JOGAR PELO SEGURO

50. SEMANA DA FORMAÇÃO FINANCEIRA 2022: UM BALANÇO, POR EDUARDO FARINHA PEREIRA (ASF)

05. NOTÍCIAS

52. APS NA SEMANA MUNDIAL DO INVESTIDOR E BALANÇO POR JOSÉ MIGUEL ALMEIDA (CMVM)

56. SUBCOMISSÃO DE RISCOS CATASTRÓFICOS VISITA EXPOSIÇÃO QUAKE – O GRANDE TERRAMOTO DE LISBOA

58. MEMÓRIA DO SEGURO FAZ REFRESH E APRESENTA NOVAS PEÇAS AO PÚBLICO

60. "O MELHOR PRESENTE É ESTAR PRESENTE" – APS ASSOCIA-SE À CAMPANHA DA ANSR

62. BREVES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NO SETOR SEGURADOR

06. OPINIÃO

64. VÍTOR AMARAL, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EMPRESAS DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS: "SEGURO DE EDIFÍCIO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL: O ANACRONISMO DA LEI"

Seguros & Cidadania



"Reports that say that something hasn't happened are always interesting to me, because as we know, there are known knowns; there are things we know we know. We also know there are known unknowns; that is to say we know there are some things we do not know. But there are also unknown unknowns – the ones we don't know we don't know. And if one looks throughout the history of our country and other free countries, it is the latter category that tends to be the difficult ones."

Donald Rumsfeld, news briefing on February 12, 2002

A expressão *unknown unknowns* surgiu em 1955 e é atribuída a dois psicólogos Americanos, Joseph Luft (1916–2014) e Harrington Ingham (1916–1995) no desenvolvimento da chamada "Johari window". Eles usaram-na como técnica para ajudar as pessoas a perceberem melhor a sua relação consigo próprias e com os outros.

A evolução da humanidade e das sociedades em geral, com os acelerados desenvolvimentos das técnicas, das ciências, das tecnologias e das realidades económicas, sociais e até jurídico-políticas, bem como o gigantesco crescimento da capacidade de recolha e tratamento de dados de toda a natureza, vai progressivamente modificando o perímetro e as fronteiras do conhecimento e dos riscos, permitindo, à medida que as mudanças físicas, económicas, sociais se vão concretizando, que muitos "desconhecidos desconhecidos" passem a desconhecidos conhecidos e alguns destes a "conhecidos conhecidos".

Também o seguro se revê nestas expressões. Ele opera basicamente na transição dos desconhecidos conhecidos para os conhecidos conhecidos, dando um contributo relevante para essa transição. Ou seja, o seguro intervém quando se começa a poder razoavelmente antecipar ou formular juízos de previsibilidade de um dado risco ou acontecimento, quer na base de estudos estatísticos ou atuariais, atendendo às experiências passadas, quer na base de investigações ou estudos prospetivos, ainda que a definição da probabilidade da sua ocorrência e a quantificação das respetivas consequências nem sempre seja integralmente conhecida.

Um olhar retrospectivo dos últimos 40 anos do mundo em que vivemos revela um processo de transformação social, económico e climático, além de acelerado, bem notório.

Em 1982, a população mundial rondava os 4,5 mil milhões de pessoas. Agora, acabámos de ultrapassar os 8 mil milhões. Há 40 anos, não havia iPhone, nem Facebook, nem GPS. A União Soviética era governada por Leonid Brejnev. Ronald Reagan era presidente dos Estados Unidos. Em 2001, o PIB da China era 1/8 do PIB dos EUA e representava apenas cerca de 2% da riqueza mundial. A pandemia e a guerra na Europa eram impensáveis. E, entretanto, os efeitos das alterações climáticas foram-se traduzindo, ano após ano, em catástrofes naturais, mais frequentes e mais gravosas para as populações, para as empresas e para os países afetados.

O mundo era diverso. Olhando para trás, tudo nos parece retrógrado, rústico e básico.

Também o seguro evoluiu muito nestes 40 últimos anos, acompanhando o desenvolvimento da sociedade e do mundo.

A retrospectiva que fazemos nesta edição sobre os 40 anos da APS mostra também a evolução e o percurso que o seguro foi fazendo em Portugal, acompanhando esta passagem do desconhecido para o conhecido.

Neste momento, porventura mais do que no passado recente, há, em geral, uma mais fina perceção de que estamos num período em que avultam os "desconhecidos desconhecidos" e em que o grau de imprevisibilidade, com os inerentes perigos, são cada vez maiores.

Nesta edição, esta realidade fica bem evidente nas entrevistas de Diana Soller e Miguel Faria e Castro.

O desconhecido deve, contudo, ser um incentivo para continuarmos a aprofundar o conhecimento e a melhorar a capacidade de resposta das seguradoras aos desafios que se nos colocam todos os dias; e essa acrescida capacidade de resposta passa, e muito, pelos trabalhos que estão a ser desenvolvidos nas Comissões Técnicas que iniciaram agora um novo mandato, e sobre os quais damos nota nesta edição.

O grau de incerteza que nos rodeia, não deve, por outro lado, fazer-nos esquecer que existe ainda muito desconhecimento na população em geral, e até nalguns segmentos da atividade empresarial, sobre aspetos básicos do funcionamento da atividade seguradora: daí a importância das ações de literacia financeira que seguradoras e supervisores promovem e que merecem ser incrementadas.

E o olhar sobre o passado mostra que à medida que os riscos se vão materializando e se vai conhecendo mais sobre eles, fruto também do avanço das ciências atuariais e dos estudos prospetivos, se vai alargando a segurabilidade dos mesmos e, em consonância, a área de intervenção das seguradoras.

A todos desejo uma boa leitura!



**Alexandra
Queiroz**

DIRETORA
GERAL DA APS



DOCUMENTÁRIO "40 ANOS DA APS": RECORDAR O PASSADO E OLHAR PARA O FUTURO.



Criada a 12 de agosto de 1982, a APS comemora este ano quatro décadas de intensa e profícua atividade. Para marcar a data, lança o documentário "40 anos da Associação Portuguesa de Seguradores", que percorre a evolução do setor segurador, tendo como pano de fundo a situação económica e política em Portugal. Disponível para ver na íntegra [aqui](#).

Em 40 anos de existência cabem muitos acontecimentos – crises, períodos de crescimento, transformações, mudanças, eventos chocantes, efemérides marcantes. O percurso da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) é também o espelho da história do País nas últimas quatro décadas – e, na verdade, até antes disso. O documentário "40 anos da Associação Portuguesa de Seguradores" conta com a participação do economista Fernando Alexandre, que serve de "guia" nesta viagem, fornecendo enquadramento e informação histórica, e recupera material audiovisual, incluindo entrevistas a antigos presidentes da



associação que, pelas suas próprias palavras, vão contando a história da APS e do setor segurador.

A data da escritura que formalizou a constituição da APS é de 12 de agosto de 1982, mas para trás ficam décadas de união do setor segurador, através do Grémio de Seguradores, criado em 1934 e que teve Marcelo Caetano como presidente. No período seguinte, de crescimento da economia, o setor segurador registou um desenvolvimento significativo, chegando aos dias que antecederam o 25 de Abril com 77 sociedades de seguros e resseguros autorizadas (46 nacionais e 31 estrangeiras). Contudo, o período revolucionário traria grandes mudanças, a reboque do processo de nacionalizações em curso: num único fim-de-semana, em 1975, o Estado tomou posse de 25 seguradoras e cinco resseguradoras, assim como de parte do capital de mais sete companhias, seguindo-se a extinção, em 1976, do Grémio dos Seguradores.

Com a fusão das companhias nacionalizadas, o universo ficou reduzido a oito seguradoras públicas e foi com esta reconfiguração que o setor entrou nos anos de 1980, altura em que foi proposta à tutela das Finanças a criação de uma entidade tradicional de supervisão de seguros, distinta da associação representativa das empresas de seguros. É, também, nesta mesma data que, pelas mãos de Ruy de Carvalho, nasce a APS, Associação Portuguesa de Seguros, tendo 20 companhias fundadoras. Relativamente pouco tempo depois, alteraria a sua designação para a atual, Associação Portuguesa de Seguradores. Uma alteração aparentemente pouco substancial, mas "que não é pequena", como recorda o histórico presidente, refletindo "a importância das pessoas que eram os dignos representantes das suas associadas". Os primeiros tempos de atividade foram passados num apartamento na Avenida Almirante Barroso, em Lisboa, antes da instalação na primeira sede da APS, no número 1664 na Avenida José Malhoa. O Centro de Formação em Seguros (CEFOS) localizava-se em pleno Chiado, no Largo Rafael Bordallo Pinheiro.

Nesse mesmo ano, para além da APS, o setor viu também nascer o Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e iniciou-se, assim, o caminho para concretizar a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, naquela que, afirma Fernando Alexandre, é "a maior transformação da economia portuguesa".

"Num único fim-de-semana, em 1975, o Estado tomou posse de 25 seguradoras e cinco resseguradoras, assim como de parte do capital de mais sete companhias, seguindo-se a extinção, em 1976, do Grémio dos Seguradores."

CRONOLOGIA 40 ANOS APS

1980

Seguro obrigatório de RC auto

1982

abril: Regulamentação da margem de solvência para o ramo Vida e Não Vida (DL 98/82, de 7 de abril)

12 de agosto: Escritura de constituição da APS. Estatutos publicados a 9 de setembro. 20 companhias fundadoras

1 de outubro: Primeira reunião da direção da APS presidida por Ruy de Carvalho

12 de novembro: Protocolo celebrado entre a APS e ISP de cedência de trabalhadores e materiais.

17 de novembro: Início de atividade do ISP (DL 302/82, de 30 julho). Nesta mesma data, cessou a atividade da Inspeção Geral de Seguros e do INS

1985

25 de março: Mudança para a atual designação Associação Portuguesa de Seguradores.

Publicado o primeiro diploma que regula especificamente o tema das cláusulas contratuais gerais

1986

Constituição do Gabinete Português de Carta Verde (foi criado em 1955) na forma de Associação

1987

Concretização da entrada em vigor da DAAA – Declaração Amigável de Seguro Automóvel

1989

Criação dos PPR (DL 205/89, 27 de junho)

1991

abril: Extinção da ASEP (associação das seguradoras estrangeiras) e filiação das suas associadas na APS

IDS – Indemnização Direta ao Segurado (Campanha IDSAPS)

1993

Primeiro estudo da APS sobre o financiamento das Reformas e papel das seguradoras na gestão da poupança para a reforma. Livro haveria de ser publicado no ano seguinte, contendo um estudo da empresa de estudos de mercados Markttest sobre a atitude dos portugueses perante a reforma

1994

Criação do Mercado Comum dos Seguros

1997

Eleição de António Reis como Presidente da APS

1999

Criação da Segurnet

2000

Criação do CIMASA (depois CIMPAS), cuja atividade se iniciou a 16 de julho 2001

Criação do Conselho dos Supervisores Financeiros (DL 228/2000, de 23 set)

outubro: APS muda de instalações da Avenida José Malhoa para a atual localização, na Rua Rodrigo da Fonseca

"A atividade seguradora e a APS ganharam maior visibilidade perante a opinião pública e stakeholders institucionais, apostando na comunicação e numa nova mensagem, que passou a vincar o seu papel de "devolução à sociedade", dando mais relevo ao que era pago pelas empresas de seguro."

OS SEGURADORES PORTUGUESES NA CEE

Num contexto marcado pela intervenção do Fundo Monetário Internacional, os anos que antecederam a adesão foram difíceis e o setor teve de responder a grandes desafios para garantir a integração no mercado europeu, incluindo garantir as alterações legislativas necessárias, relativas à margem de solvência, à mediação de seguros, a criação dos fundos de pensões, a introdução da liberdade de estabelecimento e a progressiva liberalização de produtos e tarifas – tudo matérias acompanhadas de muito perto pela APS. A entrada de Portugal na CEE seria de grande crescimento para a economia, no que o setor segurador não foi exceção: nos cinco anos após a adesão, a produção de seguros cresceu sempre muito acima da inflação, cerca do dobro e até o triplo em 1988. Um ano que ficaria marcado pelo grande incêndio do Chiado.

Estes foram anos de grande dinamismo para a APS (plasmados, por exemplo, na constituição do Gabinete Português da Carta Verde e na concretização da entrada em vigor da Declaração Amigável de Seguro Automóvel), ainda na década de 1980, mas também no início da se-

guinte, com a celebração do acordo IDS – Indemnização Direta ao Segurado, que serve de mote ao lançamento da campanha de publicidade protagonizada por Raul Solnado e Nicolau Breyner, e pela criação da primeira versão do Ficheiro Nacional de Matrículas.

Os anos 1990 ficam, sobretudo, marcados pelo início das privatizações das seguradoras públicas e das ações do Estado no capital das companhias mistas. A liberalização do mercado levaria a um maior dinamismo do setor bancário e segurador, traduzido, por exemplo, no lançamento dos PPR e no enorme crescimento do ramo Vida – numa altura em que, dada a redução gradual da taxa de poupança dos portugueses, se procuram oferecer alternativas e soluções que permitam o aforro das famílias.

Sucedendo a Ruy de Carvalho, entretanto nomeado Presidente Honorário, António Reis passou a liderar a APS nos anos marcados pela entrada na União Económica e Monetária, que foram de grande intervenção da associação, com uma relevância vital no acompanhamento de temas de maior complexidade, como as novas regras de Solvência, e de legislação, cada vez mais numerosa. Estes seriam também os anos em que despontam maiores preocupações relativas à defesa do consumidor, num ambiente empresarial cada vez mais competitivo. Pelo que o papel das Comissões Técnicas da APS, na génese da própria associação, foi ganhando cada vez mais relevância – nascendo, no seu seio, importantes marcos para o setor, como a Segurnet e o CIMASA, hoje CIM-PAS – Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Seguros.

UM NOVO MILÉNIO, NOVOS DESAFIOS E PROTAGONISMO

Com o novo milénio, a APS ganhou uma nova casa, estabelecendo a sua sede na atual localização, na Rua Rodrigo da Fonseca – movimento que expressa a centralidade que a organização ganhou, ao longo dos seus primeiros vinte anos, como agente agregador do setor e plataforma de cooperação entre associadas. Nesta época, ainda marcada pela convergência da economia portuguesa com as congéneres europeias (nos tempos do "bom



aluno"), Portugal estava na moda e a APS organizou vários acontecimentos internacionais em Lisboa, incluindo o *Mundo Seguro 2002*, exposição do setor sem precedentes até então e que deu a conhecer ao público em geral a dimensão e a importância dos seguros para a sociedade. Pouco depois, assumia-se também como organizadora do Encontro de Resseguros do Estoril, acontecimento marcante do setor em Portugal e que continua a decorrer na atualidade. Pouco tempo depois, a Associação ganhou um novo rosto na presidência, com o início de mandato, em 2006, de Jaime d'Almeida, à frente do seu destino.

Nesta era, a atividade seguradora e a APS ganharam maior visibilidade perante a opinião pública e *stakeholders* institucionais, apostando na comunicação e numa nova mensagem, que passou a vincar o seu papel de "devolução à sociedade", dando mais relevo ao que era pago pelas empresas de seguro. É neste quadro que, ao mesmo tempo, decorre uma das mais importantes reformas da legislação de seguros, com o surgimento de uma moderna e coerente lei do contrato de seguro (que substituiu a legislação anterior, datada de 1888), que contou com contributo fundamental da APS. Ao mesmo tempo, a associação, enquanto entidade formadora de uma rede muito ampla de mediadores, antecipou o caminho da formação e investiu no formato *e-learning*.

Este movimento de abertura à sociedade e às novas tecnologias é prosseguido pelo Presidente seguinte, que assume a liderança em 2008, Pedro Seixas Vale.

Enquanto isso, no horizonte, adensava-se um cenário negro, com o Mundo a cair numa profunda crise, a partir de 2008, e que impactou com especial força Portugal, a partir de 2011, e que obrigou a acionar a ajuda externa da *troika* – Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia – e que impôs um conjunto de reformas económicas que mudariam, nos anos seguintes, a face da economia nacional, procurando torná-la menos dependente da égide do Estado. Durante estes anos, a APS prosseguiu na sua missão de clarificação e visibilidade do setor segurador produzindo estudos e trabalhos de fundo dedicados às áreas da saúde, alterações climá-



2002

Lançamento da exposição "Mundo Seguro 2002" por ocasião do 20º aniversário da APS, que contou com 30 mil visitantes

2004

Adoção das NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

Criação do CEIOPS que viria a dar origem à EIOPA, primeira estrutura de supervisão de seguros europeia. A EIOPA é criada em 2010 (Regulamento 1094/2010, de 24 de novembro)

ICAE – Instrumentos de Captação de Aforro Estruturados (Unit link)

2005

Eleição de Jaime d'Almeida como presidente da APS

2006

Início da comercialização à distância de serviços financeiros

2007

Incorporação das NIC no novo Plano de Contas

1ª tabela de valorização do dano corporal (seguro automóvel)

2008

Eleição de Pedro Seixas Vale como presidente APS

Nova Lei do Contrato de Seguro

2009

Projeto de criação do sistema de proteção do risco sísmico

Projeto de instituição do seguro de saúde vitalício

Publicação da Diretiva Solvência II, apesar de apenas ter entrado em vigor em 1 de janeiro de 2016, depois de sucessivamente adiada

Primeiro projeto de Reforma da Supervisão Financeira

2011

Segurnet: celebração do 1º protocolo com a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS) para o tratamento das faturas hospitalares

2012

Segurnet é considerada pela IDC (International Data Corporation) como um dos 10 melhores projetos tecnológicos em Portugal

Centenário da Lei de AT - Lei nº 83, de 24.7.1913, que veio, pela primeira vez, na ordem jurídica portuguesa, reconhecer aos "operários e empregados" de um conjunto muito alargado de atividades o direito a "assistência clínica, medicamentos e indemnizações, sempre que sejam vítimas de um acidente de trabalho, sucedido por ocasião do serviço profissional e em virtude desse serviço" e a consequente responsabilidade dos patrões pela satisfação das prestações previstas

2013

Lançamento do primeiro livro da coleção "Seguros e Cidadania", das autoras Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães, dando início ao projeto de literacia financeira da APS

2014

Estudo CIRAC

ticas, risco sísmico, economia e poupança, entre outras. Paralelamente, e consciente da importância crítica da Segurnet para a operação das seguradoras e do valor dos dados de mercado, a associação investiu, quer no desenvolvimento da Segurnet, quer na criação de uma área de informação estatística designada por Segurdata.

Ao mesmo tempo, constatando, com a crise, as lacunas dos consumidores em temas ligados à poupança e em literacia financeira, a APS passou a assumir este pilar como essencial da sua missão, lançando a coleção de livros *Seguros e Cidadania*, da autoria das professoras Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães, e que procura dar a conhecer o papel dos seguros e a sua importância na gestão do risco, na prevenção e na proteção.

UMA REFLEXÃO PARA O FUTURO

Entretanto, a economia portuguesa fazia o seu caminho de recuperação, com níveis recorde no turismo e nas exportações, alcançando um recorde histórico: sete anos consecutivos com a balança comercial equilibrada, com um ligeiro excedente. Na APS, era tempo de reflexão quanto ao seu papel e funcionamento: em 2015, promove o estudo *Building APS 2025 Vision*, que definiu o modelo estratégico de organização e atuação da APS (no modelo jurídico, organizativo e financeiro), e que vigora aos dias de hoje. Pouco depois, entrava para a presidência da organização um líder vindo de fora do setor, José Galamba de Oliveira.

Este reposicionamento e o reforço que, nesta liderança, foi feito em comunicação e relações públicas revelaram-se vital para os acontecimentos a que assistiríamos, surpresos, nos anos seguintes e que colocaram a gestão do risco e a importância da atividade seguradora no topo da agenda da opinião pública. Em 2017, os trágicos incêndios florestais, que tiraram a vida a mais de 100 pessoas, puseram em evidência de forma determinante os temas

Ciente de que a pandemia alteraria, para sempre, as organizações, a APS investiu na criação de um novo centro tecnológico, o CASA – Centro de Comunicação e Aprendizagem de Seguros

da segurança e das alterações climáticas. As seguradoras foram rápidas a agir e, com o seu apoio, a APS lançou um fundo solidário de apoio às vítimas e reforçou a centralidade do papel do setor no seio da sociedade nacional.

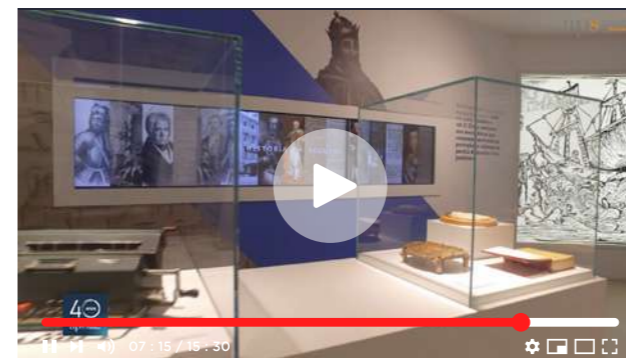
Com a sustentabilidade e o combate às alterações climáticas como eixos fundamentais da sua atuação, a APS subscreveu a Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal, ao mesmo tempo que reforçou o seu papel na área da literacia financeira, com destaque para o lançamento da Exposição Permanente “Memória do Seguro”, em 2019. A sua abertura antecedeu, em escassos meses, um acontecimento absolutamente imprevisível, pela sua magnitude e consequências: a rápida propagação da epidemia Covid-19, que levou ao encerramento forçado da economia mundial e mudou o mundo. Ciente de que a pandemia alteraria, para sempre, as organizações, a APS investiu na criação de um novo centro tecnológico, o CASA – Centro de Comunicação e Aprendizagem de Seguros, e que, através de avançadas e modernas ferramentas tecnológicas e digitais, tem como objetivo promover uma melhor comunicação entre os associados e o setor. Neste período, foi também tomada a decisão de investir na renovação tecnológica da Segurnet, um projeto que está atualmente em curso



e é imprescindível para garantir a estabilidade e robustez da plataforma no curto prazo, assim como a sua evolução futura. Hoje, num quadro de grande imprevisibilidade motivada pela invasão da Rússia à Ucrânia e marcado por desafios que não são novos (como o envelhecimento da população, as alterações climáticas) e outros mais recentes (como os ciberriscos), o reforço do papel dos seguros e da atividade seguradora é crucial.

Em pouco mais de 30 minutos, o documentário “40 anos da Associação Portuguesa de Seguradores” condensa os principais acontecimentos do setor segurador e da economia nacional, homenageando as lideranças que serviram a associação, os responsáveis pelas empresas associadas que integram os seus órgãos sociais, todos aqueles que têm contribuídos para o grande e importante trabalho das Comissões Técnicas, sem esquecer os colaboradores que ajudaram a construir um legado de quatro décadas. Em permanente mudança e evolução, a APS comemora os seus 40 anos de olhos postos no futuro.

Para além do documentário, pode também aceder, na íntegra, à intervenção do economista Fernando Alexandre que analisa quatro décadas de história económica, [aqui](#).



2015

APS lança reflexão estratégica 2015-2025

Alteração de estatutos da APS, que deixa de ser Associação Patronal

2016

Eleição de José Galamba de Oliveira como presidente da APS

Ruy de Carvalho publica dois volumes sobre a História do Seguro

Lançamento da e-Segurnet

2017

Relatório do Grupo de Trabalho para a Reforma da Supervisão Financeira

APS cria o Fundo de Solidariedade no âmbito dos grandes incêndios

2018

Lançamento da primeira edição da revista “Seguros e Cidadania”, que procura não só dar voz ao setor e aos associados, mas também analisar temáticas que impactam a vida das organizações e da sociedade

2019

Inauguração da Exposição Permanente Memória do Seguro, na sede da APS

2020

Accionado, pela segunda vez, o Fundo de Solidariedade da APS, desta vez no contexto de pandemia Covid19

Carta Verde passa a branca

Teletrabalho a 100% por força dos regimes de confinamento impostos pela pandemia

2021

APS lança o Centro de Comunicação e Aprendizagem de Seguros (CASA)

Renovação tecnológica da Segurnet

Lançamento do SCRIM – Simulador do Cálculo do capital seguro imóveis

À CONVERSA: 40 ANOS DE APS, PELA VOZ DOS SEUS CINCO DIRETORES

A Associação Portuguesa de Seguradores (APS) é também a história daqueles que lhe têm dedicado a vida profissional e que, no exercício das suas funções, vão acompanhando o percurso da associação, do setor e do País. Os cinco diretores da 'casa' juntaram-se para uma conversa informal e descontraída sobre os momentos mais marcantes da APS e as suas memórias pessoais ao longo destas quatro décadas. Pode ver a conversa completa [aqui](#) e, nestas páginas, ler uma versão adaptada



Maria Manuel Santos Silva, Direção de Apoio ao Mercado, na APS desde 1983

Miguel Guimarães, Diretor Geral Adjunto e Direção Técnica e Formação, na APS desde 1988

Alexandra Queiroz, Direção Geral, na APS desde 1994

Luís Malcato, Direção de Assessoria Económico-Financeira, na APS desde 2005

Isabel Robalo, Direção Administrativa, Financeira e Informática, na APS desde 1990

Alexandra Queiroz (AQ): O tempo passa a correr. A APS está agora a comemorar 40 anos e alguns de nós já cá estamos há umas boas décadas. A Maria Manuel está cá quase desde o início.

Maria Manuel Santos Silva (MMSS): Entrei em janeiro de 1983, por isso há quase 40 anos. Era o Dr. Ruy de Carvalho o presidente [fundador da APS e líder da associação de 1982 a 1997]. Vim para as Relações Públicas, numa al-

tura em que, para além das coisas normais da comunicação, se faziam eventos e ainda não havia muitos contactos com o estrangeiro. A sede ainda era na Rua Almirante Barroso, em dois andares, e os serviços técnicos localizavam-se na Rua Vítor Cordon. Ainda tínhamos o Centro de Formação (CEFOS), no Chiado, e, por isso, só em Lisboa, a APS tinha três polos. Mais a delegação do Porto.

AQ: E como era trabalhar na APS nessa altura? Eram 20 as

companhas associadas, não eram?

MMSS: Eram 20, sim. Era completamente diferente, não tem nada a ver: era trabalhar com papel químico, com cópias, máquinas de escrever, não havia internet nem fax. Eu ainda me lembro do primeiro fax! E, depois, já mais tarde, quando a APS passou para a Avenida José Malhoa, lembro-me do primeiro computador. Fui eu que comecei a trabalhar com ele. Tinha sido comprado em segunda mão, de vez enquanto desligava-se, mas dava-se uma palmada e ele trabalhava outra vez! (risos)

AQ: Ainda hoje se resolvem muitas coisas assim!

MMSS: Mas perdíamos muitas das coisas que estávamos a escrever. Depois passámos a gravar muitas vezes. Era uma realidade completamente diferente.

AQ: Mas as companhias já colaboravam muito intensamente.

MMSS: Sim, já havia muita colaboração, porque a lógica foi sempre de participação. As comissões técnicas, por exemplo, foram criadas logo desde início. Além de que, sendo o Conselho de Direção composto pe-



los presidentes das companhias de seguros, sempre houve um grande envolvimento das empresas.

Miguel Guimarães (MG): E já nessa altura existiam duas associações?

AQ: Havia a ASEP, que era das companhias mistas e de capital estrangeiro, que não foram alvo dos processos de nacionalização. E a APS, onde estavam as seguradoras públicas e as mútuas. Entretanto... O Miguel foi, de nós, o segundo a entrar na APS.

MG: Eu entrei em 1988 e, passados seis meses, fui para a tropa! (risos) Comecei na área financeira, quando a APS estava a desenvolver a área de Estatística. Saí da Faculdade e vim para a APS, onde tinha um computa-

dor só para mim. Era caríssimo e um privilégio! Em equipa, começávamos a fazer relatórios do mercado, uma trabalhadora gigante, fazíamos tudo à mão. Hoje, está tudo integrado, os números aparecem-nos nos computadores quase automaticamente e o tratamento da informação é facilitado. Na altura, tínhamos os relatórios das companhias em papel e passávamos os números para o computador.

AQ: Isso numa altura em que a APS tinha 120 pessoas a trabalhar!

MMSS: Para além das pessoas que tínhamos no Porto, ainda havia a Carta Verde, também no Porto, mais o Centro de Formação, em Lisboa e Porto...

AQ: Produzíamos duas revistas, tínhamos uma reprografia dentro de casa.

MG: E tínhamos serviços, com imensa gente, como o polo agrícola.

Isabel Robalo (IR): A formação também tinha muitas pessoas. Eu entrei em 1990, para o Centro de Formação, no Chiado, para apoiar o então diretor com a parte financeira dos dossiês cofinanciados. Tínhamos várias turmas do curso técnico de seguros que era feito em parceria com IEF. Depois, transitei para o departamento financeiro e de RH, em 1995.





OS ANOS DE 1990 E AS PRIVATIZAÇÕES

Alexandra Queiroz (AQ): Eu entrei na APS em 1994, para a área jurídica e Relações Internacionais. Lembro-me que acompanhava o Dr. Ruy de Carvalho nas reuniões internacionais. Tinha um protagonismo enorme, as pessoas tinham um respeito por tudo o que ele dizia e pelas intervenções que fazia. Foi de facto um privilégio poder acompanhá-lo nessa altura.

Maria Manuel Santos Silva (MMSS): Fazíamos parte de uma série de associações internacionais, acompanhávamos muitos desses encontros lá fora. Mas também fizemos muitos dessas reuniões internacionais cá, como a Assembleia Geral do Comité Europeu de Seguros, da União Internacional de Seguro Marítimo, colóquios de Direito Internacional. E isso acontecia por causa do protagonismo do então Presidente da APS lá fora e do reconhecimento que trazia para Portugal.

Miguel Guimarães (MG): Lembro-me do período depois da liberalização das tarifas no setor, que se iniciou a partir de 1988, no ramo automóvel. Até aí, o mercado estava completa-

mente habituado a viver com tarifas pré-definidas e, portanto, não havia a lógica de gestão económica que hoje existe, nem a concorrência. Com a liberalização e as privatizações, foi uma altura de grande aprendizagem para todas as empresas. E lembro-me perfeitamente, nas reuniões plenárias, da postura do Dr. Ruy de Carvalho, quando já as companhias tinham as suas próprias ambições de crescimento. Foi um momento absolutamente extraordinário!

AQ: Aliás, foi extraordinário conseguir-se fazer o acordo com a ASEP, a tal outra associação, que se extinguiu em 1991. As companhias filiaram-se todas na APS e, desde, então, a associação representa 99,9% do mercado. Penso que é extraordinário o facto de uma só associação representar todo o seu setor. Mas, voltando aos tempos em que eu entrei na APS, um dos temas que acompanhava era a negociação da contratação coletiva. Ficávamos até altas horas da noite a negociar com os sindicatos e, quando o encontro terminava, ainda ficávamos mais umas horas a mandar faxes para as companhias.

Isabel Robalo (IR): Quando as nego-

ciações com os sindicatos passaram a ser feitas já no tempo do Dr. António Reis [Presidente da APS entre 1997 e 2005], antes da meia-noite não fechávamos o acordo. E ficávamos até às tantas da manhã a enviar os faxes um a um às companhias a divulgar o acordo a que se tinha chegado.

AQ: Eram outros tempos, mas foram tempos muito divertidos. Aliás, se há uma coisa que podemos dizer, é que sempre nos divertimos a trabalhar aqui na associação. Tivemos essa sorte.

IR: Com presidentes muito diferentes, mas com todos sempre tivemos um ótimo relacionamento.

OS DESAFIOS DO NOVO MILÉNIO

Alexandra Queiroz (AQ): O Luís é que é o mais novinho de todos na APS. Trabalhava na Global, uma das nossas associadas.

Luís Malcato (LM): Sim. Até agora, tem sido pré-história! (gargalhadas) Entrei em 2005, era o Dr. Jaime d'Almeida presidente da APS [de 2005 a 2007]. O meu primeiro dia na APS, ainda estava eu na Global, foi para dar uma formação, mas já se sabia que eu

vinha para aqui. Vim trabalhar com o Miguel.

Miguel Guimarães (MG): O Luís entrou na fase do regime Solvência e do novo regime contabilístico. Uma autêntica revolução. Os processos já estavam a amadurecer e nós pensámos que tínhamos de trazer novas pessoas, para responderem ao desafio. O regime de Solvência II acabou por apenas ser aprovado em 2016, por isso, o Luís ainda amadureceu um bocadinho. (risos)

AQ: Mas antes disso, ainda houve um período muito giro que foram os anos 2000, com o bug, a entrada no Euro. Mudámos a sede da Avenida José Malhoa para aqui, na Rua Rodrigo da Fonseca. Portugal estava na moda, toda a gente queria cá vir e fizemos a Assembleia Geral da Insurance Europe cá. E fizemos a exposição "Mundo Seguro 2002".

Maria Manuel Santos Silva (MMSS): Foi um trabalho brutal de quase dois anos com todas as seguradoras, com um imenso espírito de equipa. Conseguimos fazer coisas completamente incríveis, além de encher o Pavilhão Atlântico, tivemos espetáculos e ainda conseguimos fazer um sketch com os bonecos do programa de então "Contra Informação".

Isabel Robalo (IR): Criámos equipas multidisciplinares, o que nos obrigou



todos a trabalhar neste projeto e a sair das nossas áreas. Há sempre algumas histórias giras, como quando o Dr. António Reis percebeu que as medidas que constavam na planta do Pavilhão Atlântico eram diferentes da realidade e que, por isso, não cabiam os stands todos. Foi um stress.

AQ: Isso faz lembrar a mudança para este edifício que também foi com o Dr. António Reis.

IR: Tinha um espírito empreendedor fora de série. Ele arriscava. Se não fosse ele, se calhar, ainda não estaríamos aqui hoje. As obras aqui ainda não estavam terminadas e ele disse: "Amanhã vamos mudar".

AQ: E mudámos, mesmo aqui com obras a decorrer.

MG: Nessa altura, apoiava também a área de informática. Na sede da José Malhoa, o sistema de cablagem era arcaico, viam-se os fios a passar pelo meio das salas. Aqui, foi a primeira vez que se fez um sistema de cablagem a sério, um trabalho enorme, feito com o apoio dos nossos consultores. Foram tempos muito dinâmicos, havia sempre qualquer coisa a decorrer.

AQ: Comprámos este edifício. Um grande objetivo do Dr. António Reis, que a APS tivesse património.

MMSS: Todos os presidentes fizeram questão em deixar a sua marca. Lembro-me que, quando o Dr. Jaime d'Almeida entrou, a sua maior preocupação era virar a associação para fora, credibilizar a APS, dar a conhecer o setor segurador. Foi quando se começaram a fazer aqueles relatórios sobre o mercado, a ideia era transmitir aquilo que o setor pagava e o valor acrescentado para a sociedade criado pelos seguros.

IR: Fizemos campanhas publicitárias

AQ: Aliás, foi a primeira vez que contratámos uma agência de comunicação, passámos a ter a preocupação de comunicar para fora. O Dr. Jaime tinha essa capacidade de abrir imensas portas, conseguiu dar uma visibilidade à associação como, penso, não tinha antes. Mantendo as companhias unidas e a colaborar. Por exemplo, o lançamento do e-learning deve-se a ele, quando percebeu que a formação ia mudar.

MG: Foi no momento exato. Pouco tempo depois, saíram as exigências de qualificação dos mediadores e nós



estávamos preparados com o nosso sistema de e-learning, que foi completamente revolucionário. Estamos a falar obviamente no nosso setor, teve uma implantação imediata desde aí.

IR: Aliás, foi o Dr. Jaime d'Almeida que impulsionou a criação do CIMASA, com a Deco, o ACP e o Ministério da Justiça, e que depois se autonomizou.

MMSS: E a Segurnet [plataforma de comunicação de sinistros automóveis às seguradoras] também nasceu aqui, impulsionada pela Dr. António Reis. Foi uma mudança enorme. Embora já existisse na altura o Ficheiro Nacional de Matrículas, o Ficheiro de Sinistros e Fraudes e inclusivamente o sistema IDS [Indemnização Direta ao Segurado], não tinham nada a ver com este tipo de plataforma. Uma grande parte da forma como hoje as seguradoras trabalham, na verdade, deve-se à própria Segurnet. Aliás, as seguradoras dependem hoje muito da Segurnet.

AQ: O Dr. Pedro Seixas Vale [presidente da APS entre 2008 e 2015] ajudou muito a fortalecer a Segurnet, tinha muito a noção da importância crítica desta plataforma, talvez porque veio de uma seguradora e percebia a sua

mais-valia. Assim como da Estatística.

LM: Tinha muito a preocupação de ter dados. Sabia que era preciso tê-los acessíveis.

AQ: Lembro-me que ele dizia sempre: "Podemos sempre fazer mais e melhor." Era a sua assinatura.

MG: O Dr. Seixas Vale era um economista convicto. Na altura, havia os tais projetos Solvência, o Plano de Contas, projetos muito exigentes. Chamava-nos e ficávamos até às tantas da noite a conversar com ele, queria saber tudo, cada pormenor.

LM: Houve uma troca mútua: nós também aprendíamos bastante com ele.

O PRESENTE E O FUTURO

Alexandra Queiroz (AQ): Ficámos todos na expectativa quando veio o Eng. José Galamba de Oliveira [Presidente da APS desde 2016]. Afinal, era uma pessoa que vinha de fora do setor, até então todos os presidentes eram do mercado, já os conhecíamos.

Miguel Guimarães (MG): Eu conhecia um pouco porque a Accenture [consultora que o atual Presidente liderava até então] estava envolvida em alguns projetos da APS, incluindo a Segurnet.

AQ: A integração correu muito bem! Penso que, na APS, somos uma equipa muito unida. Temos pessoas que trabalham juntas há mais de 30 anos, somos quase uma família, já vimos os filhos nascer, crescer, casar.

Maria Manuel Santos Silva: É uma relação de amizade que ajuda muito, é mais fácil discutir coisas de trabalho, no bom sentido, com amigos.

Isabel Robalo: Só tem um problema: quando começarmos a sair, saímos todos. De seguida.

Luís Malcato: Falem por vocês, eu ainda estou aqui mais tempo... (risos)

MMSS: Temos de começar a preparar as pessoas mais novas.

AQ: E estamos a preparar! Hoje, somos 39 na APS, mas já entrou muita gente nova.

IR: O grupo maior ainda são as pessoas mais antigas, que entraram há mais de 30 na associação, entre 1989 e 94/95. Nos últimos anos, temos tentado mudar os quadros, à medida que as pessoas vão saindo. Estamos, aliás, numa fase de recrutamento. Vamos tentando sempre, dentro dos nossos orçamentos e disponibilidades, renovar as equipas.

MMSS: E tem de ser com tempo, para se fazer a passagem de conhecimento.

AQ: E o papel da associação, e o que a associação faz, vai mudando. Por exemplo, há uns anos, era impensável estarmos aqui neste estúdio, com este equipamento a gravar uma sessão destas. A literacia financeira também é uma nova área de trabalho, que tem as suas próprias necessidades e que obrigam a recrutar pessoas com outras valências.

IR: E não nos podemos esquecer do papel social que a APS tem feito – naturalmente, com o apoio das companhias, porque sem elas não o conseguiríamos fazer. Por exemplo, nos incêndios de 2017 [com o lançamento do Fundo de Solidariedade].

MMSS: É um papel congregador, que se vê em tudo – por exemplo, nas convenções – e que beneficia, sobretudo, o sinistrado ou o consumidor final. Penso que a APS tem cada vez mais esse papel congregador e as seguradoras desenvolvem muita coisa à volta da associação e sob proposta da associação.

AQ: O Fundo Solidário foi, de facto, muito marcante.

IR: A negociação daquelas compensações, com os familiares das vítimas, foi muito dura.

AQ: Entretanto, passámos a pandemia, que nos obrigou a reinventar. Ainda me lembro do dia em que chegámos aqui para avisar que tínhamos todos de ir para casa. Pensávamos que seria por poucos dias, uns quinze dias. Depois passou a um mês, mais dois. E ficámos um ano e meio assim.

IR: E conseguimos todos trabalhar de casa, graças ao trabalho incrível da área informática.

MMSS: Adaptámo-nos lindamente. O trabalho da associação não parou.

MG: Ainda não falámos aqui das comissões técnicas, que envolve o trabalho e a participação de pessoas de fora. E isso também não parou, as comissões técnicas continuaram a reunir. Aliás, a pandemia trouxe consigo novos temas, que tiveram de ser tratados. Do lado das seguradoras também houve uma adaptação extraordinária. Para mim, essa foi a

maior revelação da pandemia: a nossa capacidade de aprendizagem e de adaptação a este modelo. Os serviços da associação que são fundamentais, com a Segurnet e a Segurdata, a formação, tudo continuou, não houve interrupção, o que foi extraordinário.

AQ: E as pessoas, apesar de tudo, mantiveram-se motivadas, conseguiu-se manter esse espírito de equipa. Penso que essa é a grande mais-valia da associação: saber adaptar-se aos tempos. Renova-se e reconstrói-se.

MG: Foram 40 anos sempre com o setor unido em torno da associação e isso é extraordinário. Há um respeito enorme pelo nosso trabalho.

AQ: Há pessoas, nas companhias, que são extraordinárias no apoio e na dedicação aos trabalhos da APS.

MMSS: Sempre se conseguiu acompanhar as evoluções das seguradoras, o que nem sempre é fácil porque são estruturas completamente diferentes, com orçamentos diferentes, com mais recursos. Ainda assim, sempre conseguimos acompanhar, nunca dissemos que não conseguíamos atingir determinado objetivo. Também

porque as companhias sempre se envolveram muito connosco.

Luís Malcato (LM): Quando há um novo mandato, fazemos uma reflexão sobre as comissões técnicas e tentamos adaptar-nos às novas realidades das companhias, aos temas que lhes são relevantes. Como a sustentabilidade, por exemplo, que é agora um tópico relevante.

MMSS: Tem havido outra coisa interessante: estamos a posicionar-nos como representantes das seguradoras junto de outras entidades. Como no tema da faturação hospitalar, ou noutros projetos que têm decorrido, por exemplo com a Associação Portuguesa de Bancos, em que nós servimos de hub entre seguradoras e essas entidades. Penso que é muito importante porque quer dizer que as companhias nos confiam esse papel.

AQ: Luís, como vê, tem um futuro risonho pela frente. (risos) Mas com muita responsabilidade e nós os quatro, mais velhos, cá estaremos para o lembrar. Enfim, somos um pequeno peão. O futuro depende de muita gente.

MMSS: Felizmente, de muita gente que está a ser preparada para nos substituir. E boa gente!





JANTAR COMEMORATIVO: CASA CHEIA PARA CELEBRAR A APS

Num jantar que juntou associados e stakeholders relevantes, homenageou-se o legado da associação e os contributos de todos aqueles que permitiram cimentar a centralidade da APS no setor segurador e na sociedade.



As quatro décadas de vida da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) foram celebradas num jantar que juntou associados e personalidades relevantes do setor, que decorreu no passado dia 22 de novembro, na Casa-Museu da Fundação Medeiros e Almeida, no centro de Lisboa. Perante uma “casa” cheia, com cerca de uma centena de convidados, o Presidente da APS, José Galamba de Oliveira, homenageou no seu discurso o papel de todos aqueles que contribuíram para desenvolver e fortalecer a associação: “Eu tenho tido o privilégio de liderar a APS nos últimos seis anos desta jornada de quatro décadas. A APS é hoje no nosso País uma associação empresarial de referência, reconhecida pelos muitos *stakeholders* com quem interagimos, e acarinhada pelos nossos associados. Este reconhecimento é obra de muitos, mas não queria deixar de evidenciar a liderança do nosso Presidente honorário, Ruy de Carvalho e dos três presidentes que me antecederam António Reis, Jaime de Almeida e Pedro Seixas Vale e agradecer o contributo que deram à APS”. Mais: “Não poderia também deixar de prestar uma homenagem a todos os altos quadros das nossas associadas que, ao longo de 40 anos, fizeram parte deste caminho: estou a falar literalmente de milhares de profissionais que dedicaram tempo em prol do coletivo, através da sua participação em órgãos sociais, comissões técnicas,



equipas de trabalho, etc.” E “finalmente a todos os colaboradores, não só aqueles que hoje estão connosco, mas a todos aqueles colaboraram com a nossa Associação ao longo das quatro décadas, e que ajudaram a construir a APS tal como a conhecemos hoje.”

Na sua intervenção, José Galamba de Oliveira lembrou os tempos excecionais que se vivem. “O mundo tem-nos surpreendido com acontecimentos que certamente constarão, num futuro não distante, em relatos históricos que as atuais gerações têm testemunhado. A par das rápidas transformações tecnológicas, deparámo-nos, como já aconteceu noutros momentos históricos, com desafios que têm exigido uma superação e adaptação constante da própria humanidade, e a necessidade de uma evolução que garanta a subsistência sustentável das sociedades.” Por isso, reforçou o Presidente da APS, “porque um passado e um presente se constroem com a esperança de podermos construir um melhor amanhã, a APS continua empenhada em dar o seu contributo para que a nossa atividade – tão importante sempre, mas ainda mais relevante em momentos de maior convulsão e incerteza – possa fazer a diferença no bem-estar das organizações, cidadãos, e de forma mais abrangente no bem-estar e desenvolvimento de Portugal”.

Num evento em que foi apresentado um *trailer* sobre o documentário produzido no âmbito dos 40 anos da APS, celebrou-se o passado, mas houve também espaço para olhar para o futuro. A convite da associação, Lourenço Pereira Coutinho, doutorado em História Institucional e Política Contemporânea, cronista do Expresso, deu uma pequena palestra sobre algumas das principais transformações políticas, económicas e sociais que marcaram estas quatro décadas de história, mas sobretudo sobre aquelas que se perspetivam no horizonte [ver páginas seguintes].



CONSELHO GERAL DE ASSOCIADOS 2022: OS PROJETOS EM CURSO DAS COMISSÕES TÉCNICAS



No mesmo dia em que organizou o jantar comemorativo, a APS promoveu mais um Conselho Geral de Associados, que reuniu os principais representantes das companhias seguradoras nacionais. O encontro ficou marcado pela “estreia” do documentário “40 anos da Associação Portuguesa de Seguradores”, mas antes foi antecedida por uma apresentação dos Presidentes das diversas Comissões Técnicas, para o período 2022-2024, que partilham os principais projetos em curso.

Depois de uma breve mensagem de boas-vindas, por parte de José Galamba de Oliveira, Nelson Machado, Presidente da Comissão Técnica Vida, entre os diversos temas em cima da mesa, fez ponto de situação do trabalho que está a ser feito no âmbito do fomento da poupança para a reforma (incluindo a implementação do *Pan-European Personal Pension Product* (PEPP) em Portugal; os planos poupança para a reforma de iniciativa empresarial; e a monetização/desacumulação de poupança acumulada em património imobiliário)

Já Maria João Sales Luís, à frente da **Comissão Técnica Saúde**, optou por destacar o trabalho que está a ser desenvolvido entre a APS e a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) que visa a melhoria na articulação operacional entre prestadores de saúde e seguradores, em processos administrativos que vão desde as pré-autorização aos circuitos de faturação. A Presidente deste grupo de trabalho apontou ainda para outros projetos que têm merecido a atenção da equipa, incluindo o impacto da doença mental

nas carteiras de seguros de saúde e o estudo que está a ser desenvolvido por forma a retratar e conhecer de forma mais fina o perfil do cliente e da população segura.

Miguel Guimarães, diretor-adjunto da APS e em representação do Presidente da **Comissão Técnica Não Vida**, José Alvarez Quintero, realçou a participação da equipa na preparação do decreto-lei que revê o Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel (SORCA) e o objetivo de promover a revisão da portaria para a indemnização do dano corporal e a atualização dos respetivos valores. Mencionou também o papel deste grupo na defesa da criação do Sistema de Proteção de Riscos Catastróficos (no âmbito da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030) e de um subsistema para proteção do risco sísmico.

Por seu turno, António Bico, Presidente da **Comissão Técnica de Conduta de Mercado**, deu nota do trabalho que tem sido feito na clarificação legislativa da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) ao setor segurador, assim como do acompanhamento às exigências legais e regulamentares sobre informação a clientes relativa às matérias de sustentabilidade e ESG (Ambiente, Social e *Governance*, na sigla em inglês). Deu ainda a conhecer o cronograma de desenvolvimento e implementação do projeto SIES – Sistema de Inquéritos entre Seguradores para 2023.

Seguiu-se, depois, a intervenção de Pedro Carvalho, que lidera a **Comissão Técnica de Economia, Finanças e Sustentabilidade**. Além da reflexão que tem vindo a ser feita sobre o potencial contributo do setor para o ESG, enquanto grande investidor institucional, e do acompanhamento, nesta matéria, às novas obrigações de reporte corporativo relacionadas com sustentabilidade e à incorporação da sustentabilidade no regime prudencial (ORSA, Requisitos de Capital, Governação), este grupo de trabalho dedicado parte do seu tempo à implementação do novo plano de contas para as empresas de seguros e aos desafios a que nova IFRS 17 obriga. De perto, também tem seguido o possível impacto das variações das taxas de juro no setor segurador, assim como a revisão da diretiva Solvência II (incluindo a proposta de nova diretiva de recuperação e resolução de empresas de seguros).

Finalmente, e em nome do Presidente da **Comissão Executiva Operacional**, Rogério Campos Henriques, falou Maria Manuel Santos Silva, diretora da APS com o pelouro do Apoio ao Mercado, que deu nota dos avanços que estão a ser feitos na atualização da Segurnet e da e-Segurnet.



OS 40 ANOS PASSADOS E OS DESAFIOS DO FUTURO

Lourenço Pereira Coutinho
Doutorado em História Institucional e Política Contemporânea, investigador do Centro de Humanidades NOVA FCSH e cronista do Expresso.

A Associação Portuguesa de Seguradores (APS) comemora os seus 40 anos e, neste contexto, propôs-me lançar algumas pistas e ideias para refletirmos sobre os acontecimentos que, ao longo deste período, permitiram moldar aquele que é o presente que hoje vivemos e, de certa forma, antecipar o futuro que temos pela frente. Pela própria natureza da minha intervenção, que decorreu no âmbito do evento de comemoração que juntou o setor segurador, e da qual procuro fazer um breve resumo nestas páginas, o objetivo, mais do que fazer uma análise aprofundada a cada um dos acontecimentos (tal seria impossível, em apenas uma hora apresentação), foi o de colocar em evidência de forma sumária alguns dos eventos mais significativos destas décadas e identificar aqueles que são, para mim, os temas que irão marcar os próximos tempos – com maior ou menor grau de certeza, visto que a imprevisibilidade também faz parte desta equação.

Muitas vezes, perguntam-me, como historiador, se determinado acontecimento não estaria totalmente previsto. A verdade é que não são todos previsíveis e nem sempre são explicáveis de forma racional, como os últimos anos nos têm encarregado de mostrar. Por exemplo, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, ninguém acreditava que se iria desenrolar um conflito daquela dimensão, que iria produzir tanta mortalidade e que levaria a uma re-composição do mapa político da Europa e do seu protagonismo a nível mundial. Era de tal forma imprevisível que se fosse desenrolar daquela maneira que o Kaiser alemão, depois da declaração de guerra da Áustria à Sérvia, embarcou num cruzeiro pelos fiordes noruegueses, tendo

sido surpreendido pelo início do conflito quando gozava pacatamente as suas férias. Há sempre fatores imponderáveis e irracionais que devem entrar na equação das antecipações e das previsões.

Por isso, ainda que este seja um exercício que tem em conta tendências, dados e evidências, podemos ser sempre surpreendidos. Faz parte da História.

O que mudou em 40 anos?

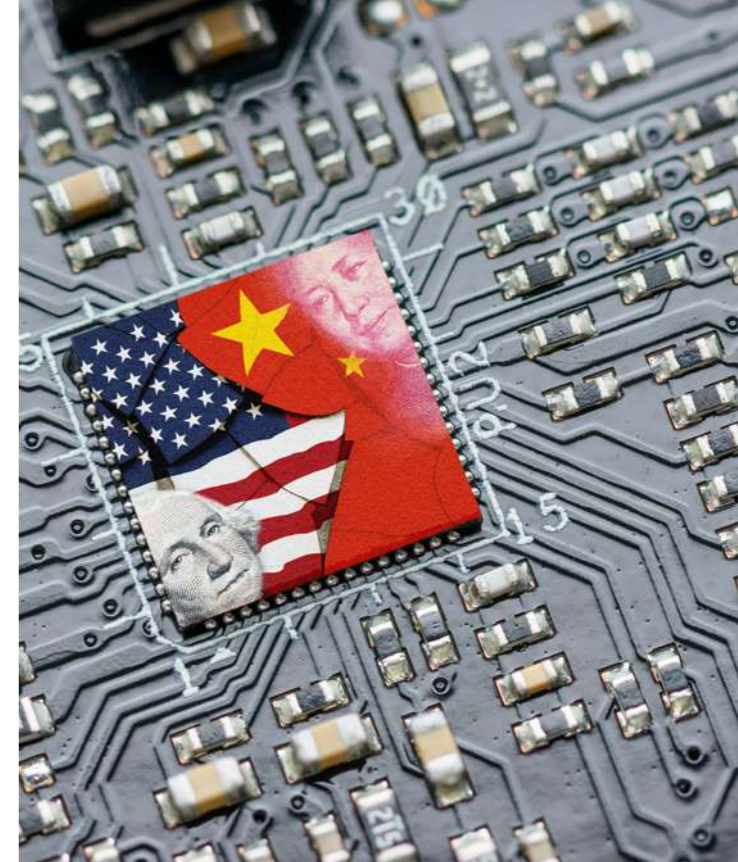
É um lugar-comum dizê-lo, mas não deixa de ser menos verdade por isso: em 40 anos muda muita coisa. Em 1982, tinha eu nove anos, a maioria das pessoas ainda tinha televisão a preto e branco. Lembro-me de ser miúdo e, ao vir do colégio, atravessar uma zona lisboeta altamente carenciada, onde, aos dias de hoje, se localizam as Amoreiras. Como a geografia urbana, o enquadramento político e social era muito diferente daquele que temos. Vivíamos num tempo de **democracia condicionada, tutelada pelo Conselho da Revolução**, ainda antes da revisão constitucional. Num país profundamente estatizado, com pouca abertura económica, em que a **entrada na então Comunidade Económica Europeia era uma incógnita**: o pedido estava feito, mas ainda não tinha sido aceite. Em 1982, a um ano da segunda intervenção do Fundo Monetário Internacional em Portugal (a primeira havia decorrido em 1977), Portugal ainda não reunia todas as condições para integrar a Europa, então com dez Estados-membros. A **instabilidade social, política e económica era grande, com greves gerais constantes** e uma inflação galopante.

No plano internacional, a Guerra Fria evoluía para a “guerra das estrelas”, sem que se percebesse que rumo iria tomar. E quem, por essa altura, previa o colapso da União Soviética daí a alguns anos? E, no entanto, a **queda do Muro de Berlim**, no final da década de 1980, seria um acontecimento que redefiniria, por completo, a geografia mundial e a nossa conceção de sistema internacional, ao mesmo tempo que já eram perceptíveis as tensões que ditariam, daí a pouco tempo, a Guerra do Golfo – e que ainda hoje, como bem sabemos, estão patentes naquela geografia. Se o Atlântico se manteve como um espaço de comércio relevante, de intercâmbio comercial, cultural e político de grande relevância, observou-se uma **rotação da centralidade do eixo mundial para o Pacífico**, que passou a ser palco da competição entre Estados Unidos e China. Ao mesmo tempo, o mundo entrou num **ritmo de desenfreada informatização**, antes mesmo da internet ligar dois computadores. Em 2004, nasceu o Facebook, pouco anos depois a Apple lançou o primeiro

iPhone. Desde então decorreram 14 anos em que, gradualmente, passámos a estar ininterruptamente “contactáveis”. Por telemóvel, por email, nas redes sociais, à distância de um clique, com o poder de transmitirmos informação em tempo real. Algo completamente revolucionário e com desafios ainda por desvendar. É o caso, da **desinformação, que traz consigo uma nova realidade**: a manipulação eleitoral e a influência sobre os comportamentos dos cidadãos, não só condicionando o sentido de voto como, também, determinando os rumos dos Estados, influenciando as tensões internacionais dos tempos mais próximos. A sociedade do conhecimento, podemos dizer, é também a sociedade da desinformação.

Com a mesma velocidade com que a internet ia ligando o mundo, os costumes e as mentalidades mudaram, a Ocidente. Enquanto em parte do mundo Árabe a vida mantém-se mais ou menos semelhante do que era há quatro décadas, no mundo ocidentalizado as grandes transformações culturais começaram nos anos de 1960 e 1970, mas não têm parado. Pensemos naquelas que foram as questões que levaram à grande contestação que rodeou o Campeonato Mundial de Futebol, no Qatar: provavelmente, em 2010, quando o casamento entre pessoas do mesmo sexo ainda não era uma realidade nos países ocidentais e os temas da inclusão e da diversidade ainda não marcavam a agenda como hoje, o grau de objeção às práticas que ainda hoje vemos em muitos países muçulmanos seria menos ruidoso. Numa década, as mentalidades mudaram muito.

Sendo a mudança um movimento contínuo, acelerado por eventos de grande dimensão, é possível, ao lermos os sinais do presente, procurar antecipar direções, movimentos que nos direcionam para o futuro. Muito em breve, **a Índia ultrapassará a China como o país mais populoso do mundo**, chegando a 1.660 milhões de habitantes em 2050, segundo algumas projeções. Outros *players* mundiais entrarão em



Numa projeção do Banco Mundial e do FMI, a China destronará, já em 2024, os Estados Unidos como a maior economia mundial. Uma corrida que começou há pouco mais de 30 anos. Mais impressionante, a Índia ocupará a terceira posição do pódio dos líderes económicos mundiais, numa ascensão sem precedentes já que, em 2008, nem sequer figurava no grupo das 10 maiores economias mundiais. Como a Indonésia, que se assumirá como a quinta maior economia do mundo muito em breve.

Num mundo altamente contrastante e assimétrico, tal como a população, **também a riqueza vai encontrando novos caminhos e donos**. Numa projeção do Banco Mundial e do FMI, **a China destronará, já em 2024, os Estados Unidos como a maior economia mundial**. Uma corrida que começou há pouco mais de 30 anos. Mais impressionante, a Índia ocupará a terceira posição do pódio

jogo, como a Nigéria que, ao dobrar a segunda metade do século XXI, terá a maior megapólis do mundo, apesar de não garantir as melhores condições para que as pessoas aí se fixem. Ou como o Bangladesh que, num território pouco maior do que Portugal, alberga cerca de 200 milhões de pessoas. Exemplos de nações que, ao contrário da Europa, em acelerado envelhecimento, estão a explodir em termos populacionais, mas altamente afetadas pelas alterações climáticas, o que coloca desafios diferentes e exigentes para as próximas décadas.



As duas superpotências, EUA e China, estão, apesar de tudo, condenadas a entender-se. E isso não deixa de ser reconfortante. Aliás, que a guerra na Ucrânia terminará quando os EUA e a China se sentarem à mesa e, desta forma, obrigarem as partes conflitantes – a invasora Rússia e a Ucrânia – a entrar em negociações. Para isso, será crucial que todas as partes estejam dispostas a compreender quais as motivações de Putin para a guerra que lançou em fevereiro de 2022.

dos líderes económicos mundiais, numa ascensão sem precedentes já que, em 2008, nem sequer figurava no grupo das 10 maiores economias mundiais. Como a Indonésia, que se assumirá como a quinta maior economia do mundo muito em breve. Será muito relevante acompanhar, no futuro, as relações entre estes diferentes Estados, nomeadamente entre China e Índia, muito tensas e complicadas, marcadas pela questão do Paquistão e pela disputa de influências em regiões como o Sri Lanka. Em contraponto, as economias europeias praticamente desapareceram desta lista, com exceção da Alemanha, Reino Unido e França, mas relegadas para lugares mais modestos do ranking dos maiores produtos internos brutos mundiais.

Por falar em hegemonias. Os Estados Unidos e a Rússia continuam a assumir-se como “os senhores” da guerra, sendo responsáveis por mais de metade das exportações mundiais de armamento (37% e 20%, respetivamente, entre 2016 e 2020, segundo dados do Stockholm International Peace Research Institute). São norte-americanas as cinco maiores empresas produtoras de armas, mas a China detém já pelo menos duas das maiores companhias mundiais, ainda que

só tenha sido responsável por 5,2% das trocas mundiais de armamento no mesmo período.

Os dados são isso mesmo: dados; dependem do contexto em que são lidos, sendo que as chaves de interpretação são variáveis. A guerra ensina-nos isso. Como aquela que hoje se trava em território ucraniano. E o que parece muito claro é que, pelo menos em termos económicos, este conflito bélico não está a beneficiar ninguém. Todas as projeções de crescimento para as economias foram revistas em baixa (com especial destaque para a russa, gravemente afetada pelas sanções internacionais), após a Rússia ter invadido a Ucrânia, e todas as grandes instituições financeiras mundiais – do Banco Mundial à OCDE, do FMI às Nações Unidas – preveem uma clara desaceleração do crescimento mundial para 2022, fruto do contexto de guerra.

Os pontos críticos para o futuro

Com a guerra na Europa, em pano de fundo, olhemos para os desafios que o mundo nos traz. Desde logo, lancemos o olhar sobre **o papel do Mar do Sul da China na geopolítica que se está a alinhar**. Este concentra quase um terço do comércio mundial, cerca de 10% da pesca mundial e recursos naturais estimados em muito milhares de milhões, incluindo gás natural. A questão da soberania de Taiwan, que a China reclama por “direito

histórico”, é um dos muitos polos de tensão geopolítica que grassam neste grande mar. **A tensão entre Taiwan e China** foi, aliás, recentemente reavivada com a visita à ilha asiática, por iniciativa pessoal, de Nancy Pelosi, que cede em janeiro o lugar de Presidente da Câmara dos Representantes. Um evento que em nada contribuiu para suavizar a pressão diplomática que Estados Unidos e China exercem um sobre o outro. Obviamente, o Presidente norte-americano, Joe Biden, como político experiente, corrigiu o tiro e, na recente cimeira do G20, em Bali, na Indonésia, reuniu-se com o seu homólogo chinês Xi Jinping para sanar os ânimos. Tal demonstra que **as duas superpotências estão, apesar de tudo, condenadas a entender-se**. E

isso não deixa de ser reconfortante. Acredito, aliás, que a guerra na Ucrânia terminará quando os Estados Unidos e a China se sentarem à mesa e, desta forma, **obrigarem as partes conflitantes – a invasora Rússia e a Ucrânia – a entrar em negociações**.

Para isso, será crucial que todas as partes estejam dispostas a compreender quais as motivações de Putin para a guerra que lançou em fevereiro de 2022. É importante sublinhar que compreender não significa necessariamente concordar, mas, antes, estar disponível para perceber. Parece-me claro que o Presidente da Rússia não está minimamente interessado em negociar apenas com a Ucrânia. Não se trata de satisfazer-lhe a vontade. Em contexto de guerra, há que ter o pragmatismo necessário e evitar que este conflito escale para outros níveis mais complexos – como aconteceu, por exemplo, com o episódio dos mísseis russos que atingiram território polaco, uma situação altamente desafiante e, felizmente, sanada a seu devido tempo. A prudência e o bom-senso são excelentes conselheiros numa guerra. Naturalmente, haverá quem desempenhe o papel de mediador: pode ser a Santa Sé, pode ser a Turquia ou até mesmo a ONU – que lida com uma clara perda de relevância e um anacronismo das suas instituições que outra guerra, a da pandemia, já tinha deixado a descoberto. Mas os verdadeiros negociadores, aqueles que efetivamente contam e têm capacidade para decidir o fim desta tragédia, são as duas maiores potências mundiais.



Para quando fim desta guerra? A resposta é imprevisível. Acredito que uma derrota total da Rússia poderá levar-nos para caminhos muito perigosos. Não havendo cenário ideal, a manutenção da situação pré-guerra, com a anexação de territórios à Ucrânia, como a Crimeia, será, provavelmente, uma moeda de troca possível.

Então, **para quando fim desta guerra?** A resposta é imprevisível. Acredito que uma derrota total da Rússia poderá levar-nos para caminhos muito perigosos. Não havendo cenário ideal, a manutenção da situação pré-guerra, com a anexação de territórios à Ucrânia, como a Crimeia, será, provavelmente, uma moeda de troca possível. Não se trata de premiar o invasor, mas sobretudo há que garantir que uma guerra absolutamente trágica tenha um ponto final. Não havendo soluções perfeitas, é preciso encontrar alternativas viáveis, tal como muitos exemplos históricos aconselham.





Também, importa continuar atento ao **Médio Oriente**, até pela sua recente aproximação à China. Continuará a ser uma zona crítica, com um peso crucial na geopolítica mundial, agora muito à conta do próprio "Império do Meio", que precisa de assegurar a estabilidade daquela região por forma a implementar a sua Rota da Seda, que

Referir também a importância crescente do Ártico no plano internacional. Outrora intransitável, por via do degelo das calotas polares, esta região do globo é hoje olhada com muito interesse, não só pelos seus recursos naturais como, também, uma rota muito apetecível para o comércio internacional, já que permite encurtar a circulação e os tempos de deslocação.

passa pelo Mar Vermelho e atravessa esta parte do globo, até chegar ao Mar Mediterrânico, via canal do Suez.

Por falar em globo, referir também a importância crescente do **Ártico** no plano internacional. Outrora intransitável, por via do degelo das calotas polares, esta região do globo é hoje olhada com muito interesse, não só pelos seus recursos naturais como, também, uma rota muito apetecível para o comércio internacional, já que permite encurtar a circulação e os tempos de deslocação. A Rússia seria, pela sua localização, o Estado que mais facilmente desbravaria o caminho nestas geografias mais a Norte, mas o atual cenário de guerra poderá desviar a sua atenção da região e habilitar outros concorrentes mundiais a fazerem-se ao caminho.

Subjacente ao novo papel que o Ártico pode tomar no xadrez da geopolítica estão, naturalmente, as **alterações climáticas**. Se muitos há que continuam a negar a sua existência, a verdade é que são inegáveis os efeitos radicais que o aumento de 1,5 graus de temperatura Celsius. A subida do nível da água do mar, que fará desaparecer vastas áreas em breve, e a acidificação da água, aceleram um círculo vicioso que provoca tragédias ambien-

tais que sairão muito caras à Humanidade. A próxima Conferência do Clima das Nações Unidas, que decorrerá no Dubai, em 2023, poderá ser a última esperança para se conseguir evitar que a temperatura suba mais nas próximas décadas, o que, a acontecer, levará ao colapso da civilização tal como a conhecemos. O seu desfecho estará **nas mãos da Organização das Nações Unidas**. Ou a ONU encontra formas de ser mais efetiva na sua ação ou acabará por sucumbir, sendo substituída por outras institucionais internacionais como o G20, onde não existem as limitações impostas por algo semelhante ao Conselho de Segurança.

Num contexto em que as organizações com ação internacional estão em luta de poderes, importa, pois, olhar para a luta de equilíbrios que se travam entre democracias e autocracias. Como podem as democracias contrariar a desinformação e as forças populistas que crescem assentes em generalizações e falsas premissas? E nesta realidade pós-pandémica, globalizada, que nos ensinou que há eventos que podem, literalmente, parar o mundo, manter-mos-emos como economias fundamentalmente abertas, ou, como resultado das muitas tensões que se vivem, tenderemos para a **fragmentação geopolítica?**

E qual o futuro da energia? Será a energia nuclear assim tão má, estaremos realmente informados sobre ela? Por exemplo, França e Finlândia apostam no nuclear. Será a energia do futuro? Com a guerra da Ucrânia a fazer soar o alarme relativo à independência energética da Europa, equacionamos hoje hipóteses que, noutros tempos, seriam veementemente rejeitadas? Ou o futuro será das energias limpas, como a eólica e a solar?

As interligações e um olhar otimista para o futuro

Estes são alguns temas, como referi inicialmente, que servem sobretudo como pontos de partida para refletirmos sobre aqueles que serão temáticas críticas para o futuro, que podem levar o rumo internacional por caminhos diferentes daqueles que hoje conhecemos e espoletar uma série de eventos em cadeia que terão grande impacto, naturalmente, no setor segurador. Porque trazem para a ribalta uma série de riscos – alguns novos, outros não. Quando sabemos que quebra-gelos estão a trabalhar incessantemente para garantir a transitabilidade do Ártico em poucas décadas, não podemos deixar de pensar nas implicações de tamanha ação humana sobre a natureza e, também, nos efeitos colaterais provoca. As alterações climáticas, além das catástrofes naturais subjacentes, desencadearão novos movimentos migrató-



rios, de refugiados climáticos, criando instabilidade política e novos desafios demográficos. Ainda, a emergência de novos movimentos populistas, que se alimentam da fragilidade humana, reforçados pela desinformação. Como sabemos, estes tenderão a ganhar adeptos em momentos críticos, como vimos durante a pandemia da Covid-19. Teremos mais pandemias no futuro? E isso significará um travão no movimento de globalização e uma fragmentação dos

blocos internacionais? E maior instabilidade política? A política zero no combate à Covid-19, na China, está a expor a grande fragilidade das autocracias, ao tentarem condicionar totalmente o movimento dos seus cidadãos. Pela primeira vez, veem-se sinais de contestação efetiva e pública ao regime do Partido Comunista de Xi Jinping. O que esperar no futuro? Mais guerras? E que reconfiguração das potências mundiais irão provocar?

Na verdade, estes não são desafios muito diferentes daqueles que o Homem já experienciou no passado. Sempre houve guerras, sempre existiram pandemias. A desinformação, a uma escala menor, também sempre esteve presente nas sociedades e, sabemos, eventos climáticos extremos já mudaram o curso da História. Falámos também aqui da Rota da Seda Chinesa, que outrora existiu noutros moldes e os portugueses também nela participaram. Os contextos são diferentes, mas os desafios nem tanto. A progressão não é linear e, entre ciclos, vamos progredindo. Podemos hoje claramente afirmar que grande parte da Humanidade vive substancialmente melhor do que há 40 anos. Só por isso, e nunca perdendo o realismo, devemos procurar olhar o futuro de forma otimista. É a mensagem final que gostaria de deixar: que os reveses e catástrofes não nos retirem a esperança. A coragem permite-nos superar obstáculos e o realismo pode ser otimista.

Ou a ONU encontra formas de ser mais efetiva na sua ação ou acabará por sucumbir, sendo substituída por outras institucionais internacionais como o G20, onde não existem as limitações impostas por algo semelhante ao Conselho de Segurança.



ENTREVISTA: DIANA SOLLER, PROFESSORA E INVESTIGADORA NO INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

“ESTAMOS PERANTE UMA DIVISÃO DO MUNDO ENTRE DEMOCRACIAS E AUTOCRACIAS”

Especialista em relações e política internacional, a investigadora Diana Soller assume-se como uma pessimista, por natureza e militância. “O otimismo, na política internacional, é um péssimo conselheiro. É mesmo verdade: se queres paz, prepara-te para a guerra. Infelizmente, não o fizemos”, declara, referindo-se ao conflito que se trava em território ucraniano há nove meses. Esta guerra, defende, não só afeta o processo de globalização em curso, como é o primeiro grande acontecimento da transição de poderes a que estamos a assistir, com a China a desafiar os Estados Unidos e a procurar ocupar o lugar de principal potência mundial. Em tempos naturalmente turbulentos, esta mudança no sistema internacional, acredita Diana Soller, levará a uma divisão do mapa mundo entre estados democráticos (ainda que numa aceção menos restrita do que no passado) e regimes autocráticos.



Foto: João Pedro Domingos

Já vamos com mais de nove meses de conflito. Estamos num momento crítico da guerra. Porquê?

No início, a Rússia anunciou que tomaria Kiev em 72 horas, provavelmente pensando num golpe de Estado que acabou por falhar. Mais tarde, começou a concentrar a narrativa da guerra na zona do Donbass, o que sugeria efetivamente que poderia tratar-se de uma guerra mais curta. Por essa altura, contudo, já todos tínhamos percebido que esta seria uma guerra longa e difícil, não apenas para as partes envolvidas, a Ucrânia e a Rússia, mas para o mundo em geral – nomeadamente para a Europa e para os Estados Unidos, que estão a fazer não apenas um grande esforço económico, mas também político, para manter o apoio de guerra à Ucrânia. Encontramo-nos, agora, num momento em que a contraofensiva da Ucrânia está a ter muito sucesso, sendo a reação da Rússia muito imprevisível. Ou a Rússia aguarda pelo fim do inverno, congela o conflito, o que é pouco plausível porque sempre ganhou as suas guerras durante a estação fria; ou, uma vez que aparentemente os meios convencionais, incluindo mísseis balísticos e drones, estão a terminar, a Rússia escala a guerra para um novo patamar que possa ter de envolver, mesmo no terreno, outros aliados da Ucrânia. Quando digo que este é um momento crítico é porque não sabemos bem que direção a guerra vai tomar, tendo a percepção que a guerra pode não ir numa direção que seja favorável aos interesses da Ucrânia e do Ocidente.

Determinante para a direção desta guerra tem sido o apoio do Ocidente à Ucrânia.

Sim e não. Sim, no sentido em que a Ucrânia, para continuar a travar esta guerra, precisa do equipamento militar americano, mas também europeu. Contudo, e como sabemos hoje por fontes credíveis, o apoio dos Estados Unidos não foi tão imediato como pensámos inicialmente: só em maio e junho é que a sua ajuda passou a ser verdadeiramente efetiva. Até lá, os ucranianos tiveram de provar que eram dignos de confiança e que tinham capacidade para combater. Por isso, sim, o apoio, sobretudo o dos Estados Unidos, é fundamental, porque a Ucrânia não tem capacidade para produzir material bélico que permita ganhar a guerra. Mas, por outro lado, a Ucrânia tem trabalhado para garantir, digamos, o merecimento da confiança do Ocidente e tem dados provas sistemáticas da sua capacidade no terreno.

E é expectável que o apoio dos Estados Unidos se mantenha?

Os Republicanos garantiram a Câmara de Representantes [uma das duas câmaras do Congresso, sendo a outra

o Senado], nas eleições intercalares de novembro. O republicano Kevin McCarthy, hoje líder dos republicanos na Câmara dos Representantes, tem vindo a dizer, há largos meses, que o apoio incondicional dos Estados Unidos à guerra deve ser debatido no Congresso, não o dando por garantido. Por outro lado, o Presidente Joe Biden tem recorrido à figura legal de *Presidential Drawdown Authority*, uma ordem executiva que lhe permite ultrapassar o Congresso, para assegurar o envio de força militar para a Ucrânia. Já o fez por 11 vezes, desde o início da guerra, e sempre por razões de celeridade – e sabemos como é importante, em contexto de guerra, decidir e agir rapidamente. E o que Biden tem dado a entender é que irá usar esta figura caso o Congresso comece a travar as ajudas. Por isso, é de esperar que os Estados Unidos continuem a providenciar ajuda internacional, ilimitada, à Ucrânia, mas com algumas tentativas de travão por parte dos republicanos.

Na União Europeia (UE), já vamos no 8º pacote de sanções à Rússia, que contou com a abstenção da Bélgica. Podemos começar a ter uma posição menos vigorosa e mais desunião por parte dos Estados-membros relativamente à Rússia?

As condições em que os europeus vão viver nos próximos meses podem ser, de facto, mais complicadas, apesar de existir um armazenamento significativo de energia que ajudará bastante a atravessar o inverno. Pode haver, por isso, alguma dificuldade em manter a união relativamente à aprovação de novos pacotes de sanções, com o processo punitivo europeu a começar a perder eficácia. Mas, no essencial, apesar das naturais divergências que vão sempre existir entre tantos Estados com interesses e economias tão diferentes, o espírito de união em torno da Ucrânia vai permanecer. Com a natural exceção da Hungria – o que não é um detalhe, porque as instituições europeias, estando desenhadas para a unanimidade, encontram neste ponto um contravapor de peso. Ainda assim, do ponto de vista do espírito – de apoio à Ucrânia, de considerar a Rússia, e até mesmo a China, como ameaça internacional –, penso que não haverá grandes alterações.

Isso é, obviamente, determinante para o curso da guerra.

Absolutamente. Muitas vezes tendemos a analisar a Europa do ponto de vista “esta medida passa, a outra não passa” ou “tem solução para este problema, não tem solução”. E é uma visão redutora, como vimos pela reação da UE à guerra. Pela primeira vez, vejo uma Europa determinada, unida, em que as naturais quezílias entre os Estados não são preponderantes na tomada de

decisão. Por isso, mesmo sendo eu muitas vezes crítica da lentidão, da falta de determinação e até da desadequação da formulação das políticas externas europeias ao sistema internacional em que vivemos, tenho a dizer que, desta vez, me parece que a Europa está a aprender o próprio [exercício do] poder – e isso é, dadas as circunstâncias, bastante notável.

Surpreendeu-a o firme apoio à Nato, à Europa e ao mundo Ocidental vincado pela primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, eleita pelo partido Irmãos de Itália, de extrema-direita, no seu primeiro discurso no Parlamento italiano?

De todo. Meloni tem sido muito firme, desde o início, relativamente ao apoio à Ucrânia e lembro que foi dura com o seu parceiro de coligação, Silvio Berlusconi, quando este referiu que tinha feito as pazes com Putin, depois do presidente russo lhe ter oferecido umas garrafas de vodka pelo aniversário. O que é talvez surpreendente é que partidos ultranacionalistas ou nacionalistas de direita (não sei muito bem como qualificar Giorgia Meloni nesse aspeto, ou os *Fratelli*, que são uma formação política muito recente), tradicionalmente pró-russos, estejam alinhados com a Ucrânia. Não sendo um bom sinal que estes partidos, com posições que não são particularmente democráticas, estejam a ganhar eleições na Europa, é, apesar de tudo, um bom sinal que estejam a evoluir nas suas posições relativamente à Rússia. É muito positivo, porque mostra que, apesar de tudo, a velha fórmula ainda se aplica: uma guerra une os inimigos dessa guerra. Putin costumava ser o protótipo dos homens e das mulheres fortes da Europa. Líderes como Erdogan [Presidente da Turquia] e Viktor Orbán [Primeiro-Ministro da Hungria] fizeram as suas políticas à imagem de Putin, mas estes novos partidos não seguem o mesmo modelo, o que me parece uma diferença significativa.

Tem referido a perplexidade sobre estes tempos que vivemos. Era mesmo impensável o regresso da guerra?

Durante muito tempo vigorou a ideia de que nós

tínhamos superado a guerra. Este conflito surpreende até alguém que, como eu, tem uma posição mais realista no que diz respeito à política internacional e que sempre achou que a guerra era possível – mesmo quando a corrente maioritária, esmagadora, defendeu o quase total desarmamento. Sempre tive uma posição mais coincidente com a máxima de que “se queres paz, prepara-te para a guerra”. E, ainda assim, não deixei de sentir uma certa perplexidade. Somos fruto do nosso tempo e nunca pensei, em vida, presenciar um acontecimento que implicasse um perigo real para a Europa – houve, evidentemente, a guerra dos Balcãs, mortífera, que envolveu a Europa, mas que nunca colocou verdadeiramente a hipótese de poder escalar até nós. E essa ameaça, mesmo que teórica, paira hoje sobre os nossos espíritos, é real e está em cima da mesa. Essa é a perplexidade, mesmo que saibamos, porque a História nos ensina, que baixar a guarda é um convite à guerra.

E se a guerra terminasse hoje, como se reorganizaria o mundo? Como encontraria o seu equilíbrio de forças?

Defendo, há já alguns anos, que entrámos num período de transição de poderes, visível sobretudo a partir de 2017, quando os Estados Unidos começaram a desafiar a China através de meios não militares [guerra comercial]. E o que acontece, neste momento, é que estamos a ter a primeira guerra hegemónica desta transição de poder. Estamos naquele momento histórico em que o sistema internacional se altera. Tivemos uma mudança de sistema na Primeira Guerra Mundial, tivemos outra na 2ª

Guerra Mundial, outra no fim da Guerra Fria e estamos, agora, de novo, perante uma nova alteração do sistema. Os Estados Unidos deixaram de ser, ou estão a deixar de ser, a única potência preponderante do sistema internacional e assistimos à ascensão da China. Por definição e por repetição histórica, estes momentos de transição de poder são sempre conflituosos. O que sair da guerra na Ucrânia vai ser muito importante. Aliás, este conflito já mudou algumas coisas, incluindo ter empurrado a China e a Rússia para uma aliança – mesmo que não seja tão sólida quanto as pessoas possam pensar. Essa aliança foi

Entrámos num período de transição de poderes, visível sobretudo a partir de 2017, quando os Estados Unidos começaram a desafiar a China através de meios não militares [guerra comercial]. Estamos a ter a primeira guerra hegemónica desta transição de poder, num momento histórico em que o sistema internacional se altera.

Ao ponto de, um dia, podemos ver o apoio declarado da China às ambições expansionistas russas?

Estes estados têm políticas externas muito distintas, mas com um objetivo comum: acabar com a liderança americana no sistema internacional. Mas isso não tem de se traduzir numa aliança entre estados não-NATO parecida à dita aliança da NATO. Nós é que nos habituámos a considerar uma aliança como uma prática com características essencialmente ocidentais, mas não tem de ser necessariamente assim. E a prova disso é o facto de, caso a China deixasse de apoiar a Rússia, a guerra acabar de um dia para o outro. Portanto, hoje já há apoio da China a esta guerra.

Dizia que estamos perante uma reconfiguração do sistema internacional, que começa precisamente pela aliança China-Rússia. E o Ocidente?

Por um lado, estamos a assistir a uma aliança entre a China e a Rússia e, ao mesmo, vemos o regresso da NATO ao sistema internacional como uma aliança preponderante e que revela a maior união entre os estados transatlânticos. Embora nada se possa dar como certo – até porque as guerras de poder e os momentos de transição podem levar décadas e, pelo caminho, sofrer uma série de alterações –, isto indicia uma futura divisão do mundo entre democracias e autocracias. Esta é uma divisão artificial, que o Presidente Biden introduziu para justificar as alianças com a Europa (e até mesmo com a Ásia, no início do seu mandato), mas que a guerra de Putin veio efetivamente concretizar. De um lado, estados que querem acabar com a liderança americana e, à sua maneira, reverem o lugar que ocupam no sistema internacional; e, do outro lado, estados status quo, que pretendem manter a ordem liberal internacional construída pelos Estados Unidos e os seus aliados a partir da Segunda Guerra Mundial. Mas com uma diferença fundamental, que tem sido pouco referida: o código dessa ordem internacional liberal já não será um código puramente americano, como aquele que persistiu na década de 1990 e no princípio dos anos 2000, mas sim o da Carta das Nações Unidas. Um código muito mais leve, que permite que a ordem americana seja constituída por muitos estados diferentes do que enten-

demos, à maneira ocidental, serem democracias puras. Essa é uma mudança muito significativa.

Teremos um Ocidente menos democrático?

De certa forma. Penso que essa mudança é fruto de duas coisas. Em primeiro lugar, do fracasso norte-americano em conseguir implementar as suas políticas no mundo, espalhando a democracia nos anos 1990 e 2000; em segundo, da guerra da Ucrânia e da consciencialização americana de que estamos, de facto, num período de transição de poder e que, para assegurar a sua preponderância, terá de acolher na sua coligação Estados não democráticos. Atenção: estamos a falar de Estados com características específicas, na aceção do que John Rawls descrevia como “povos decentes”. Por um lado, não atentam contra a ordem internacional e, por outro lado, tratam decentemente as suas populações, respeitando um número razoável de direitos humanos.

O facto de a China estar a registar níveis de crescimento económico mais modestos, fruto da política ‘covid-zero’, poderá impactar no processo de transição em curso?

Sem dúvida. Quando afirmo que estamos num momento de transição de poder não é líquido que, no final, a China seja vitoriosa, ou fique a par dos Estados Unidos. Quer apenas dizer que estamos num momento de transição de poder, o qual que não sabemos como se vai configurar.

Mas o que notamos é que o mundo parece estar cada vez mais polarizado, uma palavra que, nos últimos anos, entrou no nosso vocabulário político...

Estes períodos são muitos turbulentos. Um processo destes, por definição, só termina quando há vitória de uma das partes. Ou quando há acordo entre as partes para a gestão da ordem internacional, em conjunto. Mas nenhum destes cenários está à vista no futuro próprio.

E onde fica a Europa? Como olha para o papel do “Velho Continente” nesse processo de transição de poder?

Antes de mais, a Europa precisa de se militarizar e robustecer a sua política externa no quadro da NATO. Depois, o

futuro dirá se o consegue fazer de forma mais ou menos autónoma dos Estados Unidos. A principal preocupação da Europa deve ser, neste momento, a sua militarização, mais do que o papel que pode vir a desempenhar no sistema internacional. Sem a NATO, a Europa seria um continente de absoluta vulnerabilidade.

A principal preocupação da Europa deve ser, neste momento, a sua militarização, mais do que o papel que pode vir a desempenhar no sistema internacional. Sem a NATO, a Europa seria um continente de absoluta vulnerabilidade.

Se hoje temos uma Europa unida em torno do apoio à Ucrânia, por outro lado, parece tomada de assalto por movimentos populistas, nacionalistas...

Relativamente à ascensão de forças extremistas no quadro político-partidário europeu, há um conjunto de partidos de direita e de esquerda (é importante sublinhar isto) que se posicionam em categorias diferentes e que têm, igualmente, níveis de perigosidade diferentes para a democracia. Tendemos a colocar tudo dentro do mesmo saco de gatos e não é justo. Uma coisa são partidos populistas, outra são partidos nacionalistas ou ultranacionalistas, outra ainda são partidos extremistas. É certo que não há partidos nacionalistas à esquerda, mas há partidos populistas e extremistas tanto à esquerda como à direita. De facto, o nível de perigosidade destes partidos é diferente. Um partido de extrema-direita é mais perigoso que um partido populista, ainda que um partido populista possa pôr em causa a democracia. Não tem de ser um partido ideologicamente muito marcado. A sua ação vai depender da resiliência das próprias democracias europeias, se deixam ou não que estes partidos ganhem uma preponderância grande e, uma vez chegados ao poder, se exercem a sua forma de estar ideológica mais livremente ou não. Trump, por exemplo: das suas propostas mais polémicas, durante o seu mandato, nenhuma passou. Precisamente porque a democracia americana foi suficientemente sólida para, através da opinião pública, dos tribunais, da Câmara dos Representantes e do Senado, travar uma série de políticas que poderiam ter consequências complicadas para a democracia.

Mas a ascensão destes partidos pode ser travada como?

Há um redondo falhanço das elites políticas moderadas em responder às necessidades do cidadão comum. Foi isso que proporcionou espaço a estes partidos – que sempre existiram, mas muitíssimo minoritários – para se expandirem. A solução passa necessariamente pela reorganização destes sistemas político-partidários, que estão ainda muito fragmentados e que não têm, por agora, uma arquitetura definitiva; e pela reinvenção dos partidos tradicionais, que têm de se reconectar com o seu eleitorado, que se sente muito abandonado. É interessante perceber como este tema, que é da política interna, acaba por estar ligado às questões da política externa. Existe a ideia de que são duas coisas separadas, mas, na verdade, nunca foram diferentes.

Por outro lado, temos hoje uma União UE sem o Reino Unido, que parece mergulhado numa crise interna profunda. Que futuro para os ingleses?

O Reino Unido é uma presença essencial na NATO e o seu papel é fundamental. Na verdade, eu penso que o Reino Unido não tem sido muito diferente do resto da Europa. Temos vivido crises sucessivas na Europa, que ajudam muito a que partidos populistas tenham impacto e que acontecimentos como o Brexit possam ocorrer. Tivemos a crise de 2008 (que, em Portugal, só sentimos verdadeiramente em 2011) e bem sabemos o que sofremos. Depois, seguiu-se a crise dos migrantes, a partir de 2013, que ainda não foi completamente ultrapassada e que precedeu uma crise de identidade que levou ao crescimento dos partidos de extrema-direita, com os europeus a perguntarem-se: Quem somos? Queremos uma sociedade multiétnica europeia, ou não? Qual o papel da emigração na Europa de hoje? Esta crise existencial ainda não foi superada. Depois, tivemos a pandemia que, tendo arrasado as economias, trouxe outros problemas que não são despiçando, como os ligados à saúde mental dos cidadãos. E, agora, temos uma guerra. É um conjunto de crises sucessivas absolutamente monstruoso e que apenas encontra eco, provavelmente, nos anos de 1930...

Que, sabemos, foi a rampa de lançamento para a Segunda Guerra Mundial...

Tendo em conta a quantidade de crises pelas quais temos passado, penso que nos estamos a sair muito bem. Mas temos de estar muito atentos, porque este é um momento perigoso para as nossas democracias.

E que impacto desses acontecimentos no processo de globalização?

O processo de globalização vai sofrer transformações. A pandemia e a guerra mostraram-nos, ao Ocidente, que a globalização tem os seus perigos. A começar pela vulnerabilidade das cadeias de abastecimento, especialmente notória na Europa, mas também nos Estados Unidos – embora aí, com a governação Trump, já tivesse sido iniciado um caminho de maior protecção e de desacoplamento da economia americana face à chinesa, e que Biden mantém. A guerra na Ucrânia veio, entretanto, pôr a descoberto a completa dependência energética da Europa face à Rússia, o que fez soar as campanhas e colocou em perspetiva o próprio relacionamento com a China, relevante exportadora de lítio e outros materiais raros, além de tecnologia. A própria Comissão já veio declarar que não pretende cair na mesma tentação – comprar energia e outras matérias-primas apenas com base no fator preço – e ficar dependente de potenciais inimigos. Parece-me, por isso, que vamos assistir a um modelo de globalização semelhante àquele que existia há umas décadas, mais circular, entre grandes blocos e menos global. O comércio livre não está em causa, mas quem nele participa estará mais atento às relações comerciais, por forma a garantir que tem maior controlo e segurança sobre os bens essenciais necessários à economia. E isso vai afetar profundamente o processo de globalização

Nos últimos anos, vinha a falar-se sobre a emergência do continente africano no processo de globalização. Como fica essa progressão?

Confesso que esse tema continua a ser, para mim, uma incógnita. Durante muitos anos, dizia-se uma coisa que sempre me pareceu muito injusta: “África é um continente esquecido.” Penso que África nunca foi um continente esquecido, simplesmente as políticas europeias e americanas foram sempre baseadas na doação: nós emprestamos, nós damos, nós construímos e vocês têm de se comprometer a mudar institucionalmente, implementando melhores práticas de governação. Práticas essas que acabaram por ser suplantadas pela abordagem chinesa, também baseada em políticas de doação, mas com algo que não era evidente no início, mas que se foram revelando: o chamado *strings attached*, no fundo, a existência de contrapartidas. A China acaba por “comprar” uma série de economias africanas, que ficaram reféns do ponto de vista das infraestruturas e do acesso a bens essenciais e que são, hoje, obrigadas a submeter-se aos interesses chineses e, de alguma forma, à Rússia. Acredito, por isso, que África vai manter-se, por agora,

mais leal a Rússia e à China, não só porque estes países estão profundamente dependentes destas economias, mas também porque sendo maioritariamente autoritários não gostam das condições de boa governança impostas pelos Estados Unidos e pela Europa. Um país que nos diz muito e que tem uma enorme dependência da China é Moçambique: há mais de uma década que são os chineses que treinam os serviços secretos de Moçambique e isso, sim, é verdadeira influência!

Apesar de nas eleições intercalares, nos Estados Unidos, não se ter visto a “onda vermelha” que era esperada, com uma vitória estrondosa do Partido Republicano, a sociedade continua extremamente polarizada e a “trumpização” da política continua a fazer o seu caminho. Como olha para este cenário?

Com muita preocupação. Os Estados Unidos têm, e eu tenho estudado essa matéria a fundo, uma longa história de polarização e de violência política. Estamos a chegar, de novo, a um desses momentos críticos conflituosos. Vamos ver como o conseguimos ultrapassar. É verdade que os Estados Unidos têm uma capacidade infinita de se reinventarem, mas nem sempre é pelo método mais pacífico do mundo. Os Estados Unidos chegaram a um ponto em que precisam verdadeiramente de se reinventar, mas não sou capaz, ainda, de vislumbrar que tipo de reinvenção (e como) aí vem. Vejo com muita preocupação o futuro próximo dos Estados Unidos.

Caso, em 2024, Trump ou um Partido Republicano ‘trumpizado’ volte ao poder é expectável que a política externa americana volte a enfraquecer as alianças internacionais?

Trump não quis ser um produtor de ordem internacional, porque, não sendo um liberal americano, acredita profundamente que a ordem liberal prejudica os Estados Unidos. O que não quer dizer que, no seu mandato, a política externa não tenha sido bastante agressiva (ainda que, curiosamente, tenha sido o único presidente em muitos anos que não iniciou uma guerra) e que não tenha sido o próprio Trump a lançar as primeiras farpas da guerra de transição de poder entre os Estados Unidos e a China. Trump considera que os Estados Unidos não devem ter mais nenhum papel para além do de grande potência que reclama o seu lugar no sistema internacional, colocando a política externa ao serviço da defesa desse status quo. Ao invés de Biden que, do meu ponto de vista bem, quer defender a ordem internacional por forma garantir a maior influência e segurança dos Estados Unidos e um mundo mais pacífico: no fundo, pretende instituir

uma ordem internacional com regras, tendencialmente liberalizantes e que obrigam os norte-americanos a intervir em situações secundárias, como acontece agora na Ucrânia. Apesar da principal preocupação de Biden ser a China e não a Rússia, ele compreende que a instabilidade imposta pelo conflito russo é uma ameaça vital aos seus interesses. Se Trump estivesse no poder quando a Rússia invadiu a Ucrânia, não tenho a certeza se consideraria a Rússia como uma ameaça vital.

No Brasil, Lula conseguiu vencer Bolsonaro, ainda que por reduzida margem. Comentários?

Acompanhei as eleições com muito interesse. Esta expressão é minha e é injusta, mas serve de imagem: no fundo, tratou-se de uma falsa eleição. Os brasileiros tiveram de escolher entre um homem que lidera um partido e que é, para não dizer mais (apesar de não ter provas), altamente corrupto, e um homem que pretende transformar o Brasil numa ditadura. Nenhuma das escolhas seria boa. O Brasil, tal como os Estados Unidos, está profundamente polarizado. Mas, do ponto de vista internacional, temos de ser francos: o Brasil não é um estado com peso. Teve a oportunidade de o ser, curiosamente nos anos de Lula no poder, e perdeu essa oportunidade. Por enquanto, como dizia Stepan Zweig, o Brasil continua a ser o país do futuro, sem que isso se concretize.

E não é surpreendente, dadas as condições naturais do país?

O Brasil tem tudo, do ponto de vista das relações internacionais, para ser uma grande potência. Não tem inimigos na vizinhança (nem vale a pena referir a relação complicada com a Argentina, porque não degenerará em conflito), não tem inimizades internacionais de maior (na verdade, nunca as teve ao longo da sua história), tem um sistema regional completamente favorável aos seus interesses, uma força militar bastante adequada. É um país riquíssimo em recursos naturais, tem uma população criativa e interessante. O Brasil tem o poder latente, tem todas as condições para se transformar numa potência, mas nunca conseguiu cumprir o seu desígnio, por alguma razão.

Diria que vivemos tempos interessantes?

Só no sentido chinês... É certo que, para nós, que estudamos Relações Internacionais, nunca houve altura tão interessante como esta. Mas vem com o reverso da medalha: a consciência do quão perigosas e tão instáveis as dinâmicas são. Comecei a estudar política internacional depois do 11 de setembro, pelo que nunca acreditei num

mundo cor-de-rosa. Contudo, há coisas a acontecerem que, de facto, são perigosas.

Não está otimista...

Nunca fui muito otimista. Acho que o otimismo, na política internacional, é um péssimo conselheiro. Sou pessimista por natureza, por educação e por militância. É mesmo verdade: se queres paz, prepara-te para a guerra. Infelizmente, não o fizemos. A Europa foi otimista, fomentou uma paz ilusória. Não posso ser otimista em política internacional, seria um erro crasso.

Há um redondo falhanço das elites políticas moderadas em responder às necessidades do cidadão comum. A solução passa necessariamente pela reorganização destes sistemas político-partidários [populistas e extremistas], que estão ainda muito fragmentados e que não têm, por agora, uma arquitetura definitiva; e pela reinvenção dos partidos tradicionais, que têm de se reconectar com o seu eleitorado, que se sente muito abandonado.



**ENTREVISTA:
MIGUEL FARIA
E CASTRO,
ECONOMISTA
SÉNIOR NO
DEPARTAMENTO
DE ESTUDOS DA
RESERVA FEDERAL
DE ST. LOUIS, EUA**

“PROVAVELMENTE VAMOS TER UMA RECESSÃO, MAS, DESTA VEZ, TEMOS A OPORTUNIDADE DE NOS PREPARARMOS PARA ELA”

Saiu de Portugal, rumo aos Estados Unidos, no exato ano em que a troika chegou ao País natal, em 2011. Entretanto, doutorou-se em Economia na Universidade de Nova Iorque, em 2017, e decidiu manter-se no outro lado do Atlântico, como economista sénior no departamento de Estudos da Reserva de St. Louis, no estado do Missouri. “Permite-me fazer investigação que é aquilo que eu gosto mesmo, acompanhando a evolução da economia norte-americana, em constante mudança, e procurar aquelas que são as políticas mais adequadas para responder aos contextos macroeconómicos”, explica. Aos 33 anos, faz das políticas monetária, orçamental e de estabilidade financeira as suas principais áreas de investigação, além de lecionar Macroeconomia na Washington University, em St. Louis. “Ao contrário do alarmismo que oiço no discurso público, incluindo a ideia de que esta será a pior crise que já enfrentámos, não encontro sinais que nos digam que será pior do que aquela que atravessámos, por exemplo, há dez anos”, refere, à distância de um oceano, olhando para as ameaças que se vão adensando na Europa. Parece-me ser uma recessão muito mais convencional do ponto de vista macroeconómico, semelhante a outras que já vivemos no passado”, acredita.

A economia portuguesa, até para surpresa de muitos, foi bastante resiliente à pandemia e a recuperação parecia rápida – não fosse a crise inflacionista e o embate global da guerra na Ucrânia travarem esta trajetória, o que nos deixa perante um contexto de grande imprevisibilidade e incerteza. O que o deixa mais apreensivo neste momento, relativamente às perspetivas económicas para Portugal?

A economia portuguesa teve uma recuperação bastante rápida, de facto. A uma dada altura, até parecia que estávamos a crescer mais do que outros, mas é importante notar que Portugal foi um dos países que mais sofreu com os efeitos da pandemia em termos de quebra do PIB.

Será difícil, num cenário destes, evitar uma recessão. Contudo, e ao contrário do alarmismo que oiço no discurso público, não encontro sinais que nos digam que será pior do que aquela que atravessámos há dez anos. E a Europa de hoje, através das suas instituições, está muito mais bem preparada para enfrentar crises do que estava há uma década.

Crescemos muito no pós-pandemia, mas porque caímos muito durante a pandemia. Aliás, se olharmos para a evolução da economia nacional, vemos que está um pouco atrás de outras economias europeias, semelhantes, que, em termos líquidos, cresceram mais do que nós entre o período pré-pandémico e o momento atual.

Atendendo às atuais circunstâncias, penso que a economia portuguesa enfrenta dois grandes desafios. O primeiro, provavelmente aquele de que mais se fala, tem a ver com as finanças públicas. Os últimos governos – quer concordemos ou não com as suas políticas e possamos discutir os custos associados – têm feito um trabalho relativamente bom a tentar estabilizar os rácios da dívida face ao PIB. Ainda assim, Portugal tem uma situação de finanças públicas bastante frágil. E se isso não tem sido um problema nos últimos dez anos, deve-se ao enorme apoio por parte do Banco Central Europeu (BCE). Por um lado, ao manter as taxas de juro baixas, garantiu custos de financiamento mais reduzidos, e, por outro, assumindo-se comprador marginal de dívida pública portuguesa, eliminou por completo os prémios de risco associados.

Atualmente, o cenário mudou. Não só o BCE está a tentar normalizar a política monetária, o que leva a uma subida de taxas de juro para a dívida pública portuguesa, como também a retomar a sua política convencional, abandonando a compra de ativos como dívida pública, o que im-

plica que os tais prémios de risco vão voltar a reaparecer. Já começamos a ver isso a acontecer, por exemplo, em Itália: o *spread* da dívida pública italiana já começou a aumentar bastante, mais até do que em Espanha e Portugal, mas essa tendência irá começar a verificar-se também nestes mercados. Se ainda não vimos esse efeito imediato é porque grande parte da dívida emitida pelo Estado é a longo prazo. Mas, ao entrarmos num contexto de subida de taxas de juro, em que não será tão fácil financiar dívida, é, de facto, possível que a economia da Zona Euro entre em recessão. E, quando entramos em recessão, tipicamente as despesas do Estado aumentam devido aos estabilizadores automáticos, como os apoios sociais,

pelo que as receitas tendem a diminuir. O aumento dos custos de financiamento e o défice são, talvez, as principais ameaças a curto e médio prazo.

E o segundo desafio de que fala?

Tem a ver com a produtividade, uma questão mais complexa e de longo prazo. A pandemia poderia ter trazido uma mudança de fundo, estrutural, mas tal acabou por não acontecer. A estratégia europeia para lidar com a pandemia passou por colocar as economias em hibernação, procurando preservar tudo – o que incluiu as empresas e os setores de atividade não viáveis. Quando ‘despertadas’, as economias do pós-pandemia, na verdade, não são assim tão diferentes das economias pré-pandemia. Ora, a economia mundial, de facto, mudou muito neste período, com as pessoas a trabalharem e a consumirem de outra forma. E, hoje, temos empresas que até tinham modelos de negócio viáveis antes da pandemia, mas que agora já não fazem sentido e que se mantêm vivas pelos apoios fornecidos pelo Estado. Vários estudos apontam para o facto de Portugal ter um problema grande de “empresas *zombie*”, fundamentalmente inviáveis, mas que se mantêm vivas e possivelmente impedem outras empresas mais produtivas de entrar na economia. Portugal tem tido um fraco crescimento em termos de produtividade nos últimos anos e, na verdade, a pandemia pode ter contribuído para reforçar essa dinâmica.

Os próximos tempos não se adivinham fáceis. Habitado a que está a traçar cenários macroeconómicos, olhando para a Europa, em guerra e com um longo inverno pela frente, com a crise energética e o aumento dos juros, o que antecipa que aí venha?

O melhor cenário seria o chamado *soft landing*, com o BCE a aumentar taxas de juro, acalmando a inflação, mas não gerando uma recessão. Este seria, de longe, o melhor cenário. Se é provável ou não? Penso que é menos provável no caso europeu do que no caso americano. Pessoalmente, tendo a perspetivar um cenário de recessão moderada. O que temos agora, na Europa, por um lado, são choques negativos na oferta que derivam da guerra e de toda a incerteza relativa às cadeias de abastecimento de energia e de algumas matérias-primas; e, por outro, choques negativos de procura, por via da normalização da política monetária do BCE. Será difícil, num cenário destes, evitar uma recessão. Contudo, e ao contrário do alarmismo que oiço no discurso público, incluindo a ideia de que esta será a pior crise que já enfrentámos, não encontro sinais que nos digam que será pior do que aquela que atravessámos, por exemplo,

A época histórica mais comparável à que estamos a atravessar é o final dos anos 70, início dos anos 80, quando se dão os grandes choques petrolíferos. Trata-se, obviamente, de uma situação complexa de gerir em termos de política macroeconómica, visto estarmos simultaneamente em deflação e em recessão. Se o banco central baixa os juros, resolve a recessão, mas piora a inflação. Se sobe as taxas de juro, resolve a inflação, mas piora a recessão. É uma situação complicada a nível de política monetária, mas não é inédita para os bancos centrais.

há dez anos. Tende-se a desvalorizar, penso, a magnitude e a intensidade do choque que assolou as economias do Sul da Europa durante a crise da dívida soberana. Na verdade, a Europa de hoje, através das suas instituições, está muito mais bem preparada para enfrentar crises do que estava há uma década. Além de que, essa foi uma crise um pouco inesperada, com origem no setor financeiro. Agora, sabemos que provavelmente vamos ter uma recessão e, desta vez, temos a oportunidade de nos prepararmos para ela. Por outro lado, parece-me ser uma recessão muito mais convencional do ponto de vista macroeconómico, semelhante a outras que já vivemos no passado.

Compara a que outras recessões?

A época histórica mais comparável à que estamos a atravessar é o final dos anos 70, início dos anos 80, quando se dão os grandes choques petrolíferos. O preço do petróleo dispara, afetando a procura e atirando grande parte das economias ocidentais para uma situação de recessão e inflação elevada. É algo semelhante à situação que, principalmente a Europa, está a enfrentar agora. Trata-se, obviamente, de uma situação complexa de gerir em termos de política macroeconómica, visto estarmos simultaneamente em deflação e em recessão. Se o banco central baixa taxas de juro, resolve a recessão, mas piora a inflação. Por outro lado, se sobe as taxas de juro, resolve a inflação, mas piora a recessão. Portanto, é uma situação complicada a nível de política monetária, mas não é inédita para os bancos centrais.

Por outro lado, hoje, a Europa tem um sistema financeiro mais robusto. Ainda assim, num contexto de recessão, é possível que mostre algumas fissuras?

É possível. O setor financeiro está mais bem preparado e está muito mais resiliente do que há 10, 15 anos, fruto das reformas que, entretanto, foram realizadas. Bancos e empresas de investimento estão hoje muito mais capitalizados e, fruto da regulação, mais resilientes e muito mais capazes de absorver um grande choque macroeconómico. Hoje, uma coisa que se discute, precisamente, são as consequências, menos positivas, deste aumento de regulação.

Como por exemplo?

O robustecimento da regulação levou à chamada "migração regulatória": à medida que regulamos cada vez mais um setor, estamos a contribuir para a emergência de um setor que desempenha a mesma atividade, mas que não é regulado. Como os *shadow banks*, empresas financeiri-

A inflação é uma espécie de profecia *auto-realizável*, que não depende exclusivamente de condições macroeconómicas, mas também das expectativas dos agentes económicos. Se as pessoas esperam mais inflação no futuro, então é expectável que a inflação suba. O BCE chegou a um ponto em que percebeu que, se nada fizesse, poderia perder o controlo sobre essas expectativas de inflação.

ras que prestam essencialmente o mesmo tipo de serviços que os bancos, mas não estão sujeitas à pressão da regulação.

A digitalização tem contribuído para a emergência desse "sistema financeiro sombra"?

Bastante. Temos estado a assistir à explosão das *FinTech*, que trazem uma certa disrupção criativa ao setor financeiro, conhecido por ter grandes barreiras à entrada, e grande poder de mercado aos participantes. Por serem de natureza totalmente nova, nem sempre são bem compreendidas pelos reguladores, que não as conseguem regular de forma apropriada. Essas lacunas na regulação expõem o setor financeiro a alguns riscos. Muitas destas *FinTech* são bastante populares e, se caírem, já têm impacto sistémico.

O aumento das taxas de juro terá impacto nos bancos?

Assistimos a taxas de juro a níveis que não se viam desde, pelo menos, o início dos anos 2000, e é possível que algumas das instituições financeiras não estejam preparadas para isso. Aliás, recentemente, tivemos um sinal nesse sentido, no Reino Unido, com os fundos de pensões, que claramente não estavam preparados para aumentos rápidos de taxas de juro.

E do lado do setor segurador?

Não sendo especialista no setor, penso que as seguradoras passaram na última década por um processo muito semelhante aos bancos, e, por isso, estão mais resilientes. Tendencialmente, têm passivos de muito longo prazo, o que, numa situação de aumento das taxas de juro, pode ter vantagens e desvantagens. Pelo lado positivo, como são de longo prazo, estes passivos não têm de ser refinanciados (assumindo que as maturidades são diversificadas), pelo que é de esperar que os custos de financiamento não aumentem no mesmo grau que as taxas de juro. Pelo lado negativo, atendendo à inflação e à subida dos juros, os títulos de dívida dos mercados

estão a sofrer bastante, pelo que os passivos das seguradoras podem vir a ser afetados.

Considera inevitável o aumento sustentado das taxas de juro por parte do BCE?

Inevitável não era, uma vez que o BCE poderia ter decidido nada fazer. Outra questão é se devia ter feito isso ou não.

E devia?

Segundo a teoria clássica, a inflação é uma espécie de profecia *auto-realizável*, que não depende exclusivamente de condições macroeconómicas, mas também das expectativas dos agentes económicos. Se as pessoas esperam mais inflação no futuro, então é expectável que a inflação suba. Penso que o BCE chegou a um ponto em que percebeu que, se nada fizesse, poderia perder o controlo sobre essas expectativas de inflação. Há muitos economistas que argumentam que uma das razões pelas quais a inflação tem sido tão estável, nos últimos 30 a 40 anos, tem precisamente a ver com a credibilidade que os bancos centrais ganharam, incluindo o poder de controlo sobre as expectativas de inflação. É claro que há sempre flutuações que derivam da situação macroeconómica corrente, mas os bancos centrais tendem a "ancorar" essas expectativas. De certa forma, o BCE está a aumentar taxas de juro não tanto olhando para a situação macroeconómica atual, mas mais porque as pessoas esperam que a única forma que o BCE tem de conseguir atingir o seu alvo é concretizando essa subida.

Num cenário de recessão e em que a inflação continue alta, qual a margem de manobra do BCE?

O BCE poderá ser obrigado a aumentar as taxas de juro até que a inflação comece, pelo menos, a desacelerar, impedindo que as perspetivas de inflação se desancorem. Agora, a sua atuação vai depender da evolução de outros indicadores macroeconómicos. Se a Zona Euro começa a entrar numa recessão profunda, pode ser que o BCE não tenha de continuar a aumentar as taxas de juro.

Todos os anos, desde a crise financeira, há quem anuncie a morte do dólar como moeda de reserva. De facto, o dólar não parece estar a morrer e acaba por ser o refúgio global e a garantia de estabilidade. A morte do dólar tem sido prematuramente anunciada. Mas, a situação macro dos Estados Unidos também é relativamente incerta e há muitos economistas a apontarem para uma provável recessão nos próximos 12 meses.

Na União Europeia (UE) de 2022, temos uma Alemanha na iminência de entrar em recessão e não temos o Reino Unido. Um cenário diferente do que existia há dez anos...

Essa é uma diferença importante em relação a 2008 e 2011. Nessa altura, a Alemanha mal teve uma recessão, registou apenas uma desaceleração muito moderada. Afinal de contas, a Alemanha é um pouco um motor da UE. No caso de Portugal, uma pequena economia aberta muito dependente de condições da procura externa, apesar da enorme crise da dívida pública que atravessou, as exportações não caíram muito porque continuávamos a vender bens e serviços para países que sofreram desacelerações mais moderadas. Aliás, na altura até se falava que, pela primeira vez, desde o 25 de abril se tinha registado um *superavit* da balança comercial.

Ter a Alemanha como um dos nossos principais parceiros comerciais foi importante para sustentar a atividade económica em Portugal. Será uma má notícia para a UE se, de facto, a Alemanha entrar numa recessão mais profunda.

No cenário macroeconómico na proposta do Orçamento de Estado para 2023, o Governo prevê uma taxa de inflação de 4%. Neste momento, está acima de 10% e bate recordes sucessivos. Não estará o Executivo a ser demasiado otimista? Ou é possível que, tão depressa como escalou, a inflação possa voltar a níveis mais moderados?

A inflação tende a ser persistente, porque toda a macroeconomia é uma rede de setores de produção integrados. Logo, se os preços aumentam num setor, propagam-se depois a outros setores. Além disso, a inflação foi acelerando lentamente no último ano e meio, pelo que tenderá a desacelerar de forma mais ou menos lenta, na mesma proporção. Há exceções. Se houver uma grande recessão, aí, a queda pode ser bastante abrupta. Ou se a guerra terminar e a normalidade do abastecimento energético e das matérias-primas for rapidamente retomada, embora seja um cenário que me parece praticamente impossível.

Contudo, antes de a guerra estalar já o custo das matérias-primas vinha a escalar. Voltaremos aos níveis pré-pandemia?

Os Estados Unidos já estavam a lidar com a inflação antes mesmo de se começar a sentir na Europa. Esse aumento começou bastante antes da guerra, devido às alterações dos padrões de consumo em consequência da pandemia. Por exemplo, nos Estados Unidos, o setor da construção explodiu: muitas pessoas que viviam em apartamentos em Nova Iorque, São Francisco e noutras grandes cidades quiseram mudar de casa, com jardim, fora do centro. Com rendimento disponível, porque não lhes era possível fazer outros gastos em confinamento, investiram muito em habitação e em bens de consumo duradouros. As cadeias globais não estavam preparadas para uma alteração de padrões de consumo tão repentina, a que acresceram todas as disrupções provocadas pelo *shutdown* das economias, o que levou a flutuações muito anormais. Ora, uma parte da alteração dos padrões de consumo é permanente e levou a uma mudança da economia mundial, mas outra parte irá dissipar-se. Por outro lado, as cadeias de abastecimento também estão a reorganizar-se. Já estamos a ver, nos Estados Unidos, os preços de algumas matérias-primas a regressarem aos níveis pré-pandemia.

O dólar, entretanto, valorizou face ao euro, a China está com níveis mínimos de crescimento fruto da política Covid-Zero. Os Estados Unidos podem aproveitar o atual momento para cimentarem a sua liderança?

Todos os anos, desde a crise financeira, há quem anuncie a morte do dólar como moeda de reserva. De facto, o dólar não parece estar a morrer e acaba por ser o refúgio global e a garantia de estabilidade. A morte do dólar tem sido prematuramente anunciada. Mas, a situação macro dos Estados Unidos também é relativamente incerta e há muitos economistas a apontarem para uma provável recessão nos próximos 12 meses. Pessoalmente, acredito que, apesar da incerteza, a acontecer uma recessão, não será tão complexa como na Europa, atendendo ao tema

da dependência energética. Por isso, pode ser um momento de reafirmação da liderança norte-americana.

Referiu, no início, que a economia portuguesa tem, pela frente, o desafio da produtividade. Sendo alguém que observa a economia nacional a partir de uma posição externa, que características é que considera que devem ser trabalhadas por forma a sermos mais competitivos e resilientes? O facto de ser vistos como um destino para nómadas digitais pode ser um fator de atração?

A situação do teletrabalho e a atração dos nómadas digitais, na minha opinião, têm sido temas relativamente mal geridos. Poderia ser uma ótima oportunidade para dinamizar o interior do País, garantir maior coesão, mas o que vemos é que acabam todos a migrar para os mesmos sítios – os centros de Lisboa e Porto – o que só agrava as desigualdades e os problemas socioeconómicos existentes. Fala-se muito da sobrevalorização dos preços da habitação e consequente gentrificação das maiores cidades, mas não me parece estar a haver um pensamento mais estrutural sobre como mitigar estes efeitos. A maior parte das medidas, avulsas e temporárias, estão a ser tomadas ao nível municipal, não havendo uma direção centralizada nem uma gestão integrada do tema. Naturalmente, que o turismo e a atração de estrangeiros são uma fonte económica importante para o País, que tem aqui uma vantagem comparativa relevante, mas a prioridade do Governo tem de ser a de garantir o bem-estar dos seus cidadãos. É gritante a falta de investimento em transportes públicos nas grandes áreas metropolitanas. Muitos dos problemas que enfrentamos resolver-se-iam se existisse uma boa cobertura da rede de transportes e, no entanto, temos hoje áreas da Grande Lisboa que são autênticos desertos. Tirar-se-ia muito vapor da panela de pressão do mercado imobiliário simplesmente garantindo que uma pessoa que vive em Sintra e trabalha na Baixa de Lisboa não tem de perder três horas diárias na deslocação diária. Tanto os governos locais como o governo central parecem muito focados nos subsídios à procura dos transportes públicos, mas não parece haver grande investimento no lado da oferta. O que me leva a outro problema estrutural em Portugal, a miserável performance ao nível do investimento público. Lá está, voltamos ao início da conversa, os últimos governos têm feito um bom trabalho a nível da gestão da dívida pública, mas isso tem os seus custos.

Pela primeira vez desde 2013, o investimento vai registar este ano uma taxa de crescimento inferior à economia, de acordo com o Banco de Portugal.

Em valores absolutos o investimento público parece estar a subir, mas ainda está muito abaixo do que era antes da

crise da dívida soberana. Estamos agora a colher os frutos disso: há dados que demonstram que vários indicadores de performance e de qualidade dos serviços públicos estão muito rapidamente a deteriorar-se e isso resulta claramente da falta crónica de investimento público.

Saiu de Portugal em 2011, ano em que troika entrou. Está há mais de uma década nos Estados Unidos. Passou por Obama, Trump, agora Biden. O que ainda o surpreende na capacidade de transformação dos Estados Unidos?

Precisamente a rapidez da sua capacidade de adaptação. Ainda hoje me surpreende. Durante o maior choque económico que se abateu sobre o país (e sobre o mundo, na verdade), em 2020, com a pandemia, achei absolutamente incrível a forma como a economia reagiu. Houve um enorme aumento da taxa de desemprego, mas foram logo criadas e, mais importante, implementadas políticas para garantir rendimentos a todos esses desempregados. A rapidez do processo burocrático e administrativo, a forma como foram ativadas no terreno, foram extraordinárias. Numa semana, o Congresso está a discutir a política, na outra está a ser aprovada e, no dia seguinte, a Administração está a enviar cheques por correio às pessoas. Na Europa, subsiste a ideia de que o Executivo norte-americano é pequeno, mas, na realidade o Governo Federal americano é gigante e, ainda assim, tem uma agilidade extraordinária. Para o bem e para o mal, decide-se rápido e implementa-se na mesma medida. Para quem, como eu, vem de um país europeu onde, normalmente, o Estado é lento a agir, naturalmente que esta dinâmica causa impacto.

Na última década, a desburocratização tem sido um dos designios do Estado. O que lhe dizem sobre essa matéria?

Não sendo especialista na matéria, mais do que a elevada carga fiscal ou outros motivos que possam ser invocados para explicar a baixa produtividade da economia portuguesa, acredito que a ineficiência e a falta de celeridade da justiça são dos grandes fatores da baixa produtividade em Portugal. Geram muita incerteza, o que faz com que os investidores se perguntem por que razão não de investir e criar postos de trabalho em Portugal. Ainda assim, noto que houve imensos progressos desde que saí do País, nomeadamente ao nível desburocratização da interação entre o cidadão e o Estado. Hoje, é possível fazer imensa coisa apenas com o cartão de cidadão. Quando descrevo a pessoas de outros países, inclusivamente a americanos, como é tão fácil declarar impostos ou pagar impostos através de um portal online, todos ficam surpreendidos. Mas, penso que ainda muito mais pode ser feito.

E-SEGURNET

SEGURAMENTE
MAIS SIMPLES.
QUANDO O ACIDENTE
ACONTECE



NOVA VERSÃO DA APP E-SEGURNET, ATUALIZADA PARA GARANTIR COMPATIBILIDADE COM AS VERSÕES MAIS RECENTES DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS ANDROID E APPLE

A aplicação e-SEGURNET, desenvolvida e lançada pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS) em finais de 2016, em conjunto com as seguradoras que atuam no mercado português, foi agora atualizada para garantir a sua compatibilidade com os mais recentes dispositivos Android e Apple (iOS).

A recente evolução dos referidos sistemas trouxe alguns constrangimentos à utilização da app em novos modelos de telemóveis. Neste sentido, a aplicação sofreu um upgrade e foi reescrita numa nova tecnologia. A utilização desta tecnologia irá permitir atualizações mais céleres e facilitadas, bem como evoluções mais frequentes. Estão já identificadas algumas melhorias a desenvolver proximamente, nomeadamente a autenticação através de dados biométricos, implementação de push notifications, aumento no leque de documentos passíveis de utilização de OCR (Optical Character Recognition), com vista a facilitar o preenchimento dos dados.

A nova versão da e-SEGURNET foi já disponibilizada na App Store e Google Play.

O que é a e-SEGURNET?

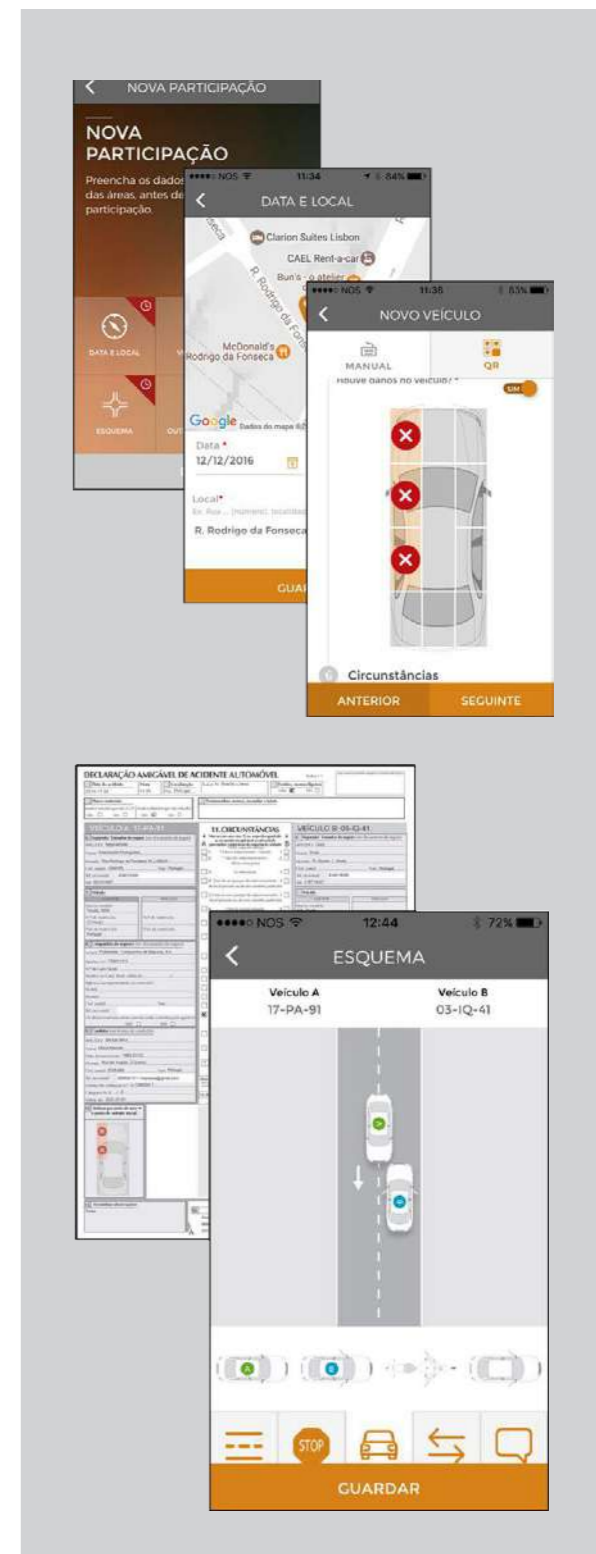
A aplicação e-SEGURNET, desenvolvida pela APS em conjunto com as seguradoras que atuam no mercado português, tem como principal objetivo ser uma alternativa à tradicional Declaração Amigável de Acidente Automóvel (DAAA), facilitando ao máximo a participação e a comunicação de um sinistro automóvel à(s) seguradora(s), com recurso a telemóveis, tablets e PCs.

Com o pré-registo dos dados dos condutores, dos seus veículos e dos seguros, todo o processo de participação de um acidente automóvel torna-se mais simples, evitando erros e um preenchimento demorado, e mais prático, dado que utiliza as funcionalidades do smartphone, tais como a geolocalização e a câmara, de forma a documentar melhor a ocorrência e a elaborar o esboço do acidente. Para além disso, após a submissão da participação, informa automaticamente as seguradoras envolvidas evitando deslocações e entregas em papel.

A app vai para além da DAAA, podendo ser utilizada para participar sinistros com qualquer número de intervenientes e de outras coberturas que não Responsabilidade Civil Automóvel (por exemplo, Choque, Colisão ou Capotamento, Roubo ou Quebra Isolada de Vidros). Permite, ainda, preencher e enviar à seguradora do sinistrado a Informação Adicional (vulgarmente conhecida como verso da Participação de Sinistro).

Tem ainda um mecanismo de assinatura, reconhecido pelas seguradoras para efeitos de Declaração Amigável/Indemnização Direta ao Segurado. O processo de assinatura é muito simples: cada interveniente receberá um código no seu telemóvel e será esse código, em conjunto com o seu número de telemóvel, que deverá colocar na aplicação funcionando como assinatura. Depois, a participação será enviada diretamente para a seguradora dos intervenientes, não tendo estes que efetuar qualquer ação adicional. Receberão ainda, por SMS, um resumo dos elementos informados às seguradoras e, por email, a participação em PDF.

Esta aplicação está disponível não só para dispositivos móveis como também para computadores pessoais ou tablets através de um browser de internet. As funcionalidades disponíveis na web são as mesmas que são disponibilizadas no móvel, à exceção da utilização da câmara ou mesmo a geolocalização (dependendo dos dispositivos).



O reconhecimento da comunidade tecnológica chegou, passado menos de um ano, em setembro de 2017, quando a e-SEGURNET recebeu uma Menção Honrosa na categoria Best Digital Product & Customer Experience, no âmbito dos 2017 Portugal Digital Awards.

Algumas seguradoras introduziram nos seus documentos de seguro, nomeadamente na Carta Verde, um QR Code que permite a importação dos dados do tomador/seguro para dentro da aplicação, quer em contexto de pré-registo/criação de conta, quer em contexto de sinistro.

Outra evolução foi também a ligação por API (Application Programming Interface) entre app de seguradoras e a e-Segurnet, assegurando assim que o sistema de criação do PDF da Participação de Sinistros, assinatura e envio às seguradoras envolvidas, seja comum à aplicação de mercado e às aplicações próprias das seguradoras.

Utilização da app

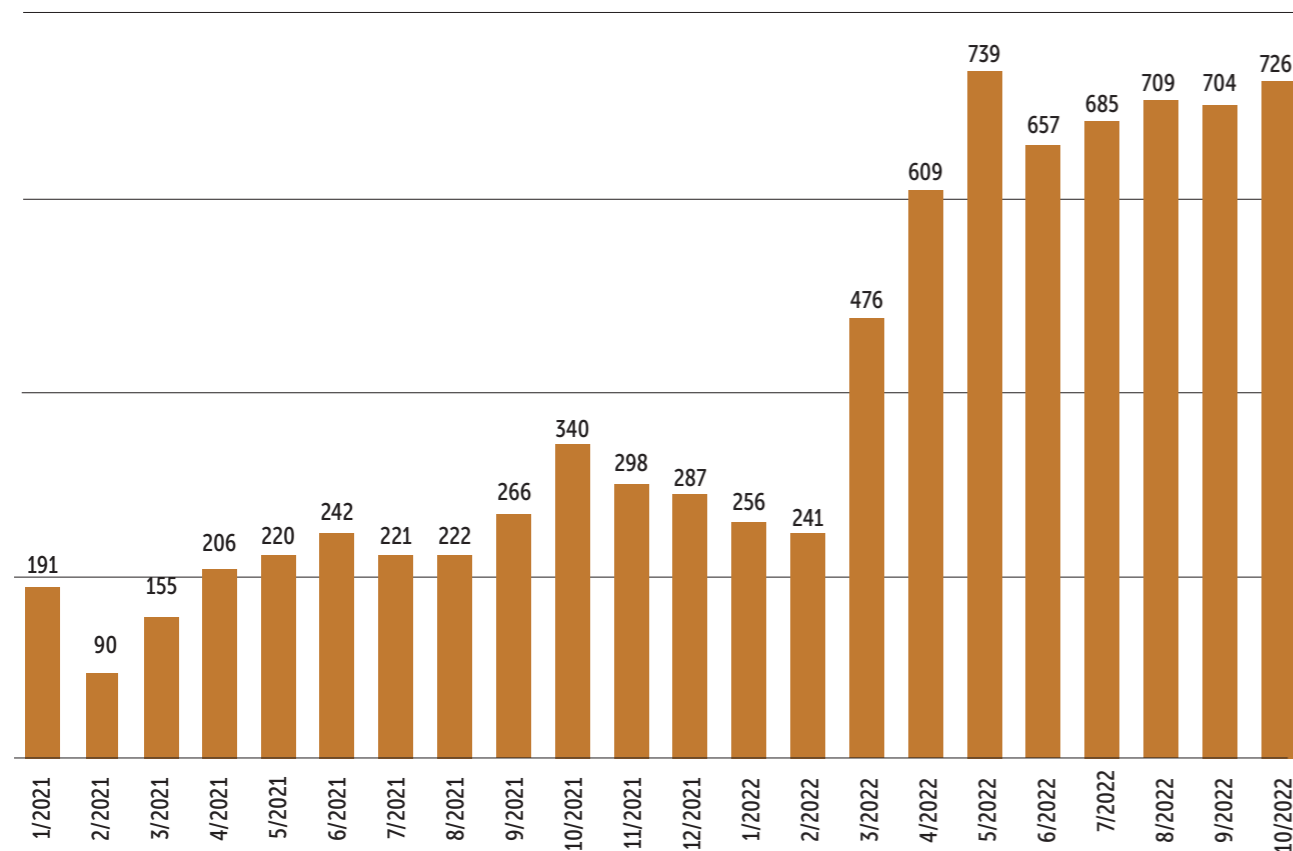
A e-SEGURNET já teve perto de 140.000 instalações, contando com mais de 33.000 utilizadores que já registaram conta, o que permitirá o pré-preenchimento dos dados, facilitando assim uma eventual participação de sinistros.

Já foram participadas por esta via mais de 17.000 acidentes, o que representa perto de 30.000 participações enviadas para as seguradoras e ainda cerca de 5.000 informações adicionais.

No último ano, registou-se um acréscimo significativo de utilização da app, triplicando os números face ao ano anterior.

Mais informação sobre a app pode ser consultada no site oficial em www.e-segurnet.pt.

SINISTROS PARTICIPADOS



SEGUROS EM NÚMEROS

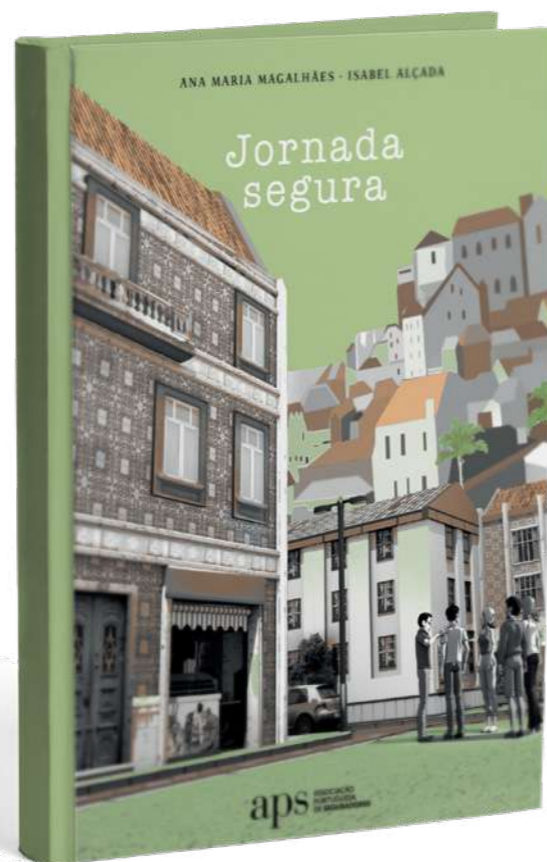
PRODUÇÃO ACUMULADA DESDE JANEIRO	PRODUÇÃO EMITIDA DE SEGURO DIRETO					
	Milhares de Euros		Variação homóloga		Estrutura da Produção	
	2021.09	2022.09	Nominal	Real	2021.09	2022.09
VIDA	5 313 331	4 332 407	-18,5%	-23,9%	56,0%	49,4%
Risco	776 295	786 133	1,3%	-5,5%	8,2%	9,0%
Produtos Capitalização	3 390 484	2 463 951	-27,3%	-32,2%	35,8%	28,1%
PPR	1 146 552	1 082 323	-5,6%	-11,9%	12,1%	12,3%
Operações de capitalização	0	0				
NÃO VIDA	4 168 683	4 441 942	6,6%	-0,5%	44,0%	50,6%
Acidentes e Doença	1 647 443	1 790 468	8,7%	1,4%	17,4%	20,4%
Acidentes de Trabalho	738 881	783 689	6,1%	-1,0%	7,8%	8,9%
Doença	789 530	873 547	10,6%	3,3%	8,3%	10,0%
Incêndio e Outros Danos de Coisas	762 417	814 959	6,9%	-0,2%	8,0%	9,3%
Habitação e Condomínios	448 646	479 642	6,9%	-0,2%	4,7%	5,5%
Comércio e Indústria	226 137	239 441	5,9%	-1,2%	2,4%	2,7%
Automóvel	1 534 088	1 590 795	3,7%	-3,2%	16,2%	18,1%
Transportes	41 418	46 556	12,4%	4,9%	0,4%	0,5%
Responsabilidade Civil Geral	104 388	110 401	5,8%	-1,3%	1,1%	1,3%
Diversos	78 929	88 763	12,5%	5,0%	0,8%	1,0%
TOTAL	9 482 015	8 774 349	-7,5%	-13,6%	100,0%	100,0%

U: Milhares de Euros

NOVO LIVRO DA COLEÇÃO SEGUROS E CIDADANIA: NAS JORNADAS MUNDIAIS DA JUVENTUDE, NUNCA É DE MAIS JOGAR PELO SEGURO



Lisboa irá acolher, em agosto de 2023, a Jornada Mundial da Juventude e cerca de um milhão de visitantes. Que riscos estão envolvidos num evento de tão grande dimensão? E de que forma podem ser mitigados? Com estas questões em mente, as autoras Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada partiram para a escrita de Jornada segura, o sétimo número da coleção da APS dedicada à literacia em seguros destinada ao público juvenil. O evento de lançamento, inserido na Semana da Formação Financeira 2022, contou também com a participação de D. Américo Aguiar, o Bispo anfitrião desta jornada, e a presença de uma turma de 12.º ano do Colégio São João de Brito.



Podiam ser eles os protagonistas do livro *Jornada segura*. São alunos de uma turma de 12.º ano do Colégio São João de Brito e, como as personagens a que Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada dão vida na nova obra da coleção da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), "Seguros e Cidadania", também eles se preparam para participar na Jornada Mundial da Juventude (JMJ) que, em 2023, tem lugar em Lisboa, na primeira semana de agosto. Na verdade, muitos deles, estão empenhados em prestar apoio, como voluntários, à organização deste evento promovido pelo Papa, tal como Valentim, personagem principal de *Jornada segura*, rapaz discreto, mas naturalmente magnetizante, que, por meio das amizades, amores e desamores que a trama vai construindo, consegue despertar o interesse e a ajuda do seu grupo de amigos para a desafiante tarefa de preparar aquele que é considerado o maior encontro de pessoas no mundo. Também estes rapazes e raparigas, estudantes da área de Economia, estão desejosos de participar nesta missão. E foi com entusiasmo, por isso, que marcaram presença no evento de lançamento desta nova obra da APS, para ouvirem as autoras e também D. Américo Aguiar, Bispo Auxiliar de Lisboa e anfitrião e presidente da Fundação JMJ Lisboa 2023.



"Olhos nos olhos, coração a coração", a lembrar o desafio lançado pelo Papa Francisco para esta jornada, o anfitrião da JMJ aproveitou, na sua intervenção de boas-vindas, para referir a importância dos encontros – sobretudo os que implicam presença física e nenhuma intermediação por parte de plataformas digitais, tão presentes e imprescindíveis na vida dos mais jovens. Seja no Parque Intermunicipal Tejo-Trancão, entre Lisboa e Loures, onde irá decorrer a jornada, seja no auditório da APS, onde este grupo de alunos se juntou para aprender um pouco mais sobre a importância da atividade seguradora e a necessidade de se gerirem os riscos associados a acontecimentos que, como a JMJ, movimentam muitos milhares de pessoas. Estes encontros, que decorrem desde 1986, reúnem muitos milhares de jovens, entre católicos e não católicos, com o objetivo promover o conhecimento e a troca de ideias entre jovens de culturas diferentes, garantindo a construção de pontes de amizade e tolerância tão necessárias à paz universal.

Seguros também são cidadania

D. Américo Aguiar contou ter ficado positivamente surpreendido pela abordagem do novo livro de Ana Maria Magalhães e de Isabel Alçada, que dá a conhecer aqueles que são os principais riscos envolvidos num megaevento e quais os seguros que devem ser ativados em tais situações. "Entendi rapidamente que era oportuno, importante e até é uma das áreas que nos preocupa, efetivamente. É uma oportunidade única de a APS interagir com um potencial *target* que, porventura, às vezes, está muito longe daquilo que significa termos seguros, estarmos seguros, prevermos incidentes e sinistros", referiu D. Américo Aguiar que, confessou, está também ele próprio a "descobrir a complexidade" – e, por isso, todos os riscos envolvidos – de um evento desta natureza e grandeza, que começa muitos meses antes da própria jornada abrir portas aos visitantes.



Assim, com esta obra, o Bispo de Lisboa acredita que é possível “desmistificar as coisas. [Os seguros] têm de fazer parte do quotidiano das nossas responsabilidades enquanto cidadãos. Se vou ter centenas, milhares de jovens inscritos na JMJ, eu sei que alguém pode ter um incidente e, nessa altura, é preciso a ajuda indispensável das seguradoras e do serviço que prestam à comunidade há tantos séculos”, reforçou, fazendo questão de realçar, à plateia juvenil, a importância que a literacia em seguros tem para a gestão das responsabilidades de cada um. “É muito importante que, desde cedo, tenhamos a oportunidade de ter acesso a informação e a esclarecimentos. E, por isso, esta obra, assim com os livros anteriores, são muito importantes para ficarmos um bocadinho melhor cidadãos e podermos tomar as decisões mais certas naquilo que são as nossas responsabilidades na família, na sociedade, no trabalho”, sublinhou D. Américo Aguiar.

Personagens reais, desafios reais

Jornada segura é o sétimo livro da coleção que a APS lançou destinada ao público juvenil, da autoria de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, que, através de histórias romaneadas que narram situações problemáticas, em que estão patentes uma diversidade de riscos, dá a conhecer o papel e a relevância do seguro no âmbito da educação financeira. Sobretudo vocacionados para o 3.º Ciclo de escolaridade, estes livros podem ser lidos com interesse por estudantes do Secundário – como os que estiveram presentes no auditório da APS.

Ana Maria Magalhães, a primeira das escritoras a tomar da palavra neste encontro, explicou que a narrativa contou, desta vez, com a ajuda preciosa dos familiares das autoras: “Imaginámos um romance leve, em que, em vez de inventarmos personagens, usámos personagens que são pessoas que conhecemos. Ambas temos famílias enormes – filhos, netos, sobrinhos, sobrinhos-netos, e os amigos, que estão na universidade ou ainda a pensar que área querem seguir – e vamos selecionar algumas das pessoas que conhecemos”, disse. Algumas delas, recordou, participaram mesmo em anteriores Jornadas Mundiais da Juventude. E, assim, para lá de Valentim, nasceram Clotilde, Rafael, Tomás, Mafalda, Vera e Mafalda, entre outras personagens que desfilam ao longo da história, e que ajudam a encontrar resposta para uma interrogação que nasce logo nas primeiras páginas de *Jornada segura*: Qual o papel dos seguros? E se acontece alguma coisa? O que é necessário fazer para prever os riscos que estão sempre subjacentes a um evento de tão grande dimensão?

Isabel Alçada, por seu turno, explicou que o que mais inspirou este sétimo livro foram os preparativos para a JMJ de Lisboa e que já estão a decorrer. “O que acontece quando se prepara um evento que é único e que vai reunir mais de um milhão de pessoas numa só cidade? À medida que fomos ouvindo os testemunhos daqueles que estão envolvidos, íamos ficando sideradas. O que será a responsabilidade de preparar uma coisa destas?” Para além do incontável número de atividades envolvidas, incluindo a angariação de patrocínios e doações para este evento, assim como a montagem das infraestruturas necessárias para o acolhimento, o tema da segurança é prioritário. Pelo que o papel dos seguros “é, em primeiro lugar, o de ajudar a antecipar o futuro. O que podemos fazer para nos organizarmos de forma a protegermos ao máximo aqueles que estão envolvidos? De que forma podem prever situações que possam ser perigosas para si próprios e para os outros? Temos a noção do risco, permite-nos fazer cálculos e perceber os riscos envolvidos. Os seguros têm tido, ao longo da história, uma ação importante de pensamento, de reflexão, sobre o que é o risco nas diferentes situações. Por isso, chamámos a este número da coleção *Jornada Segura*”, explicou a autora.



A importância de saber gerir os riscos

Miguel Guimarães, diretor da APS, juntou-se à conversa para, com maior propriedade, falar sobre os riscos e os seguros normalmente envolvidos neste tipo de eventos. “Se há situação que demonstra muito bem as virtuosidades do seguro é um evento desta natureza, enorme, com uma variedade de atividades grandes, muita gente. Com certeza, que vão estar em campo inúmeros riscos que é preciso gerir e é exatamente isso que faz a atividade seguradora: ajuda a gerir esses riscos”, esclareceu à plateia de alunos do Colégio São João de Brito. “O risco existe e a solução inteligente não é fugir dos riscos. A solução passa, sim, por gerir o risco e isso inclui muitas coisas, como a prevenção, mas também em contar com o apoio

da atividade seguradora para proteger as consequências de riscos que ocorrem”, sensibilizou o responsável, apontando alguns dos seguros que estarão envolvidos na JMJ 2023, atendendo à multiplicidade de agentes que estão envolvidos, como os obrigatórios seguros de responsabilidade civil, os seguros de acidentes pessoais, de acidentes de trabalho, automóvel, além de um seguro próprio para voluntários, entre outros, que podem entrar em ação.

Dinis, Lourenço, Teresa, Flor, Margarida e Francisco foram alguns dos estudantes presentes no evento de lançamento de *Jornada segura*, no auditório da APS, e que colocaram perguntas aos intervenientes – iniciativa que decorreu no âmbito da Semana da Formação Financeira 2022, uma iniciativa do Plano Nacional de Formação Financeira. Com as JMJ no horizonte de muitos deles, e prestes a entrar para universidade, foi uma forma de juntar o útil ao agradável: saíram deste encontro mais motivados para a participação segura nas jornadas, com mais conhecimento sobre o papel dos seguros na mitigação do risco e a relevância do setor segurador. Quem sabe se o seu futuro não passará por aqui.

Veja o vídeo do evento de lançamento do livro Jornada Segura [aqui](#), na plataforma O Risco Espreita, dedicada à divulgação do Programa de Literacia Financeira na área dos seguros promovido pela APS.

UM MEGAEVENTO, E AGORA?

Meses antes da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) abrir portas, há já muito atividade a ferver. Além da preparação do evento, incluindo garantir o patrocínio e as doações institucionais necessárias à realização deste evento, é preciso fazer escolhas culturais e selecionar os grupos musicais que vão atuar nas jornadas. É num destes concertos que um grupo de amigos, onde se destaca Valentim, rapaz envolvido a 100% na preparação da JMJ 2023, percebe que o impensável pode acontecer – e que é preciso estar preparado para tudo. Um dos ecrãs laterais ao palco acaba por se abater sobre a multidão, felizmente sem consequências de maior. Mas é um sinal: eventos com muita gente comportam imensos riscos, de natureza variada. Como precaver os riscos e garantir que, em caso de acidente, a situação é sanada?

Página a página, com muitos acontecimentos e emoções à mistura, Valentim e os amigos descobrem a importância da atividade seguradora, com a ajuda do Dr. Sabiniano Lopes, administrador de uma companhia de seguros e que, amavelmente, dá a conhecer (e, lá mais para a frente, garantirá o tão necessário apoio) aqueles que são os seguros imprescindíveis a um acontecimento desta natureza – alguns obrigatórios, como o de responsabilidade civil geral; o de acidentes de trabalho, para os funcionários; o seguro de voluntários e o de responsabilidade civil automóvel; e outros, opcionais, mas não menos importantes, como seguro multirrisco porque cobre grande variedade de possíveis ocorrências. Pelo meio, a trama adensa-se, como sempre acontece nos romances assinados pela consagrada dupla de autoras, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, que este ano cumprem o 40.º aniversário da famosa coleção “Uma Aventura”.

Inserida no programa de literacia financeira da APS, a coleção de livros “Seguro e Cidadania” centram-se em temas de Educação para a Cidadania e são um recurso especialmente adequado para as aulas desta área disciplinar, com alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico, sem prejuízo de alguns temas também interessarem estudantes do Secundário. A APS tem conduzido a sua ação em parceria com o Plano Nacional de Leitura 2027 e com a Rede de Bibliotecas Escolares.

Atualmente, a coleção conta com os seguintes títulos:

1. Um perito em busca da verdade
2. Encontro acidental
3. Armadilha digital
4. Alerta máximo
5. Talvez uma App
6. Mais vale prevenir do que remediar
7. Jornada segura

Adicionalmente, a APS promove também ações de educação financeira junto de um público mais novo, tendo publicado dois livros destinados aos alunos do 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico, das mesmas autoras: O risco espreita, mais vale jogar pelo seguro e Catástrofes e grandes desastres.



A SEMANA DA FORMAÇÃO FINANCEIRA EM 2022

Eduardo Farinha Pereira, Diretor do Departamento de Supervisão Comportamental na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) faz um balanço da mais recente edição da Semana da Formação Financeira, sob o lema "Na formação financeira Todos Contam!"

Embora decorram durante todo o ano várias ações de formação e sensibilização com o objetivo de melhorar o nível de literacia financeira da população portuguesa, a Semana da Formação Financeira (SFF), uma iniciativa dos supervisores financeiros (ASF, Banco de Portugal e CMVM) e dos parceiros do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), e que em 2022 decorreu entre os dias 24 e 31 de outubro, constitui sem dúvida o evento com maior visibilidade.

O programa de atividades incluiu conferências, workshops, webinars e campanhas de sensibilização sobre temas como a poupança, a segurança digital e os seguros, bem como a importância da formação financeira para a resiliência financeira e a mitigação de riscos. As atividades são promovidas pelos supervisores financeiros, pelos parceiros do PNFF e por escolas de todo o País.

A edição deste ano foi das mais participadas, contando com 585 atividades e 8 campanhas nas redes sociais, e envolveram 398 escolas, 38 bibliotecas públicas e 28 entidades.

Em 2022 destacou-se a apresentação da parceria entre o PNFF e a Autoridade Tributária e Aduaneira, da qual resultou a criação da área "Conhecer os impostos" no portal Todos Contam, com conteúdos sobre impostos e fiscalidade, estruturados em função das diferentes etapas da vida.

Na sessão solene da SFF 2022, realizada no passado dia 25 de outubro, decorreu um painel sobre a revisão do Referencial de Educação Financeira, que constitui documento orientador para a introdução da educação financeira nas escolas, publicado em 2013.

Nesta sessão, como habitualmente, foram anunciados os vencedores do Concurso Todos Contam, que distingue os melhores projetos de educação financeira das escolas portuguesas para o ano letivo 2022-2023. Nesta edição do Concurso, a 11.ª, participaram 96 escolas, envolvendo cerca de 10 mil alunos.

A ASF realizou também diversas atividades durante a SFF, enquadrada numa estratégia mais vasta de desenvolvimento de ações de sensibilização e informação dirigidas aos consumidores de seguros e de fundos de pensões, que visam melhorar o acesso à informação através da

criação de conteúdos em formatos apelativos e que reforcem a acessibilidade e transparência da informação.

Destacam-se diversas campanhas, que procuram sensibilizar os consumidores para temas específicos e melhorar os seus conhecimentos acerca daqueles setores, permitindo-lhes tomar decisões financeiras mais informadas e adequadas.

Especificamente para a SFF 2022, foi desenvolvida a campanha "Dicas para a aplicação de poupança" para as redes sociais. Durante a SFF, e aproveitando também para assinalar também o Mês Europeu da Cibersegurança, a ASF lançou uma campanha de sensibilização sobre a importância da adoção de comportamentos seguros na utilização de canais digitais. A campanha "Não te deixes ir com a maré", também divulgada nas redes sociais da ASF, tem como objetivo sensibilizar os mais jovens para os cuidados a ter na utilização de canais digitais, através de recomendações específicas sobre a adoção de comportamentos que podem ajudar a mitigar os riscos inerentes à navegação online.

Outras iniciativas decorrem durante todo o ano, como, por exemplo, a campanha "Segure-se bem!", que inclui conteúdos diversificados, com enfoque nas matérias de seguros; a Academia do Consumidor, um espaço de informação e formação dos consumidores de seguros e de fundos de pensões, no qual é possível aceder a vídeos informativos, de curta duração, que abordam questões de natureza prática e que pretendem responder a algumas das dúvidas mais frequentes dos consumidores; e o projeto "Vamos Falar Seguro", um videocast no qual se discutem questões de natureza muito prática e se procura responder a algumas das dúvidas mais frequentemente apresentadas pelos consumidores.

Este projeto irá brevemente alargar-se às plataformas de streaming, passando o podcast "Vamos Falar Seguro" a estar disponível no Spotify, na Apple Podcasts e na Google Podcasts.

A literacia financeira é assumida pela ASF como uma matéria vital para uma cidadania completa, atenta e informada: cidadãos informados e preparados asseguram uma melhor sociedade, constituindo-se eles próprios agentes ativos de regulação dos mercados.

SEMANA MUNDIAL DO INVESTIDOR: OS SEGUROS ESTÃO NA LINHA DA FRENTE NA LUTA POR MAIS E MELHOR SUSTENTABILIDADE



Evento:
Contributo da atividade seguradora na transição para uma economia mais sustentável.

07 OUT 2022 11h00 – 12h30

Local:
Online

Assista aqui!
Canal YouTube da Semana Mundial do Investidor

A Semana Mundial do Investidor (SMI) é uma iniciativa global promovida pela IOSCO (Organização Internacional das Comissões de Valores) com o objetivo de sensibilizar e alertar para a importância da educação financeira e da proteção dos investidores. Em 2022 realiza-se pelo sexto ano consecutivo, entre 3 e 7 de outubro, em mais de 100 jurisdições, que representam os seis continentes. Serão realizadas iniciativas que abordam temas relacionados com princípios básicos de investimento, poupança e inovação financeira, confiança dos investidores, ética, entre outros, e que visam chegar a um público-alvo diversificado.



Na sexta edição da Semana Mundial do Investidor, dedicada ao tema “Investir num Futuro Sustentável”, a Associação Portuguesa dos Seguradores organizou conferência que juntou painel de peso – nacional e internacional – e colocou em evidência o importante “Contributo da atividade seguradora na transição para uma economia mais sustentável” ao assumir um compromisso de longo prazo com os temas de ESG (Environmental, Social and Governance)

Num tempo em que a sustentabilidade assume fundamental relevância estratégica para a generalidade das organizações e dos setores, importa sublinhar o pioneirismo e o importante contributo que os seguradores têm não apenas a colocar na agenda dos consumidores a relevância do ESG, como também o papel ativo que desempenham na construção de um sistema financeiro mais resiliente e sustentável. Foi com este propósito que a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) promoveu, no âmbito da Semana Mundial do Investidor, organizada em Portugal pela organizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), no início do passado mês de outubro, uma conferência que juntou responsáveis do setor para debater o contributo dos seguros em matéria de ESG: John Scott, *Head of Sustainability Risk do Zurich Insurance Group*; Linghzi Yu, *Head of Investment Department da Fidelidade*; Doris Pöpplein, *Senior Sustainability Analyst da Swiss Re*; e Susana Mayer, responsável de Marketing Estratégico da Tranquilidade/Grupo Generali.

Como fez questão de apontar o **Head of Sustainability Risk do Zurich Insurance Group**, depois das palavras iniciais de boas-vindas do presidente da APS, José Galamba de Oliveira, “as preocupações da indústria mundial dos seguros com questões relacionadas com sustentabilidade e as alterações climáticas é algo que não surgiu agora”. John Scott lembrou que “o setor dos seguros tem estado na linha da frente na luta por mais e melhor sustentabilidade”, dando como exemplo o facto de, logo “em 2007, ter sido fundada a *ClimateWise*, associação de seguradoras europeias que, desta forma, se comprometeram a seguir determinados princípios no que toca a questões ambientais e de sustentabilidade”. Concretizando, o responsável explicou que iniciativas como a *ClimateWise* vão no sentido de “as seguradoras assumirem as

suas responsabilidades no processo de transição, ajustando planos de estratégia, mitigando fatores de risco e orientando, apoiando e explicando aos seus clientes a natureza desses mesmos riscos”.

ESG como desafio de longo prazo e oportunidade de negócio

Na opinião de John Scott, “os grandes desafios que as alterações climáticas nos lançaram consubstanciam-se em enormes riscos, incluindo os riscos da transição que as economias têm de enfrentar. Ou seja, a mudança de paradigma nas economias que dependem fortemente nos combustíveis fósseis poderá afetar fortemente a avaliação dos seus ativos, algo que torna este processo muito delicado”. Pelo que o especialista do Zurich Insurance Group, deixou um alerta: “O desafio climático que temos em mãos só poderá ser ultrapassado através de um trabalho de equipa. Nenhum setor da economia ou da sociedade poderá chegar a soluções nas áreas de ESG sozinho. Nesse sentido, o setor dos seguros é importantíssimo para desenvolver proteções e um espírito de resiliência que nos permita cumprir os objetivos a nível global.”

Linghzi Yu, **Head of Investment Department da Fidelidade**, de seguida, fez questão de sublinhar “que os grandes desafios de sustentabilidade e da governança poderão ser uma oportunidade de investimento para as companhias de seguros”. A responsável da seguradora salientou ainda que, neste processo de transição rumo a uma economia mais sustentável, “qualquer plano estratégico de medidas na área de ESG terá de ser desenhado a longo prazo, no mínimo para as próximas décadas”.

No mesmo sentido, **Doris Pöpplein, Senior Sustainability Analyst da Swiss Re**, realçou que o grande desafio para o setor de seguros na área da sustentabilidade é “a conciliação entre as necessidades das gerações atuais com as necessidades das próximas gerações”. Para garantir esse equilíbrio, frisou, é fundamental “recorrer e utilizar critérios ESG nas atividades de negócio das seguradoras, tornando-as mais responsáveis e sustentáveis. Isso pode ser feito, inclusivamente, através da definição de objetivos concretos a cumprir a longo prazo”.

Por sua vez, **Susana Mayer, responsável de Marketing Estratégico da Tranquilidade/Grupo Generali**, salientou que “no setor segurador enfrentamos questões muito relevantes relacionadas com a sustentabilidade, que nos lançam desafios em áreas como o investimento e avaliação de riscos – nomeadamente, se estes são seguráveis ou não”. Na sua opinião, as respostas do setor na área de ESG passam “por identificarmos que a sustentabilidade tem a ver com a inclusão e que todos somos parte da solução para estas questões”. Susana Mayer destacou que, “do ponto de vista das seguradoras, nesta área estamos num momento de aceleração sem precedentes, estando a ser aplicado muito dinheiro nestas temáticas. Verifica-se um verdadeiro compromisso institucional, liderado por duas das principais zonas económicas do mundo: a União Europeia e os Estados Unidos”. Para a especialista, ainda que a “indústria seguradora não emita gases com efeitos de estufa, pode dar o seu contributo em todo este processo”. E lembrou: “Se não o fizermos, vamos ser penalizados, como acontecerá com qualquer outro setor.”



CONTRIBUTO DA ATIVIDADE SEGURADORA NA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA MAIS SUSTENTÁVEL

Associação Portuguesa de Seguradores
07.out.2022



José Miguel Almeida, administrador da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, responsável pela organização da Semana Mundial do Investidor em Portugal, faz um balanço da sexta edição desta iniciativa internacional.

Em outubro de 2022 a CMVM organizou, pelo sexto ano consecutivo, a Semana Mundial do Investidor (World Investor Week) em Portugal. A SMI é uma iniciativa global criada em 2017 pela International Organization of Securities Commissions (IOSCO), com o objetivo de sensibilizar e alertar para a importância da educação financeira e da proteção dos investidores.

A edição de 2022 teve como slogan "Investir num futuro sustentável" e contou com o contributo de onze parceiros estratégicos de diferentes setores que conferem a esta iniciativa uma riqueza de perspetiva única.

Encerramos mais uma edição com um balanço muito positivo. Constituída por 27 iniciativas, a SMI 2022 proporcionou um programa dinâmico e diversificado de iniciativas moldadas a todos os tipos de públicos, bem como conteúdos informativos como podcasts e brochuras para os investidores.

Esta 6ª edição apresentou sessões e conversas sobre temas centrais da atualidade como a "Transição energética" e as "Finanças Sustentáveis" trabalhados pela CMVM, e também pelos parceiros AEM e DECO. Muitos outros temas atraíram a atenção e participação, como por exemplo "Instrumentos de poupança e investimento", desenvolvidos por quatro parceiros - APS, ASF, APB e CFA -, ou "O Impacto das Redes Sociais no Investimento", promovido pela CIP. Foram ainda abordados "Os cuidados a ter no investimento em momentos de turbulência",

tema trabalhado pela APFIPP, Euronext e pelo CFA, a par de uma campanha sobre "Ativos virtuais, riscos reais", desenvolvida pelo Banco de Portugal. Atendendo ao principal objetivo da SMI, foram ainda organizados *workshops* e *webinars* que destacaram a importância da literacia financeira, literacia digital e princípios básicos de investimento, da responsabilidade dos parceiros CFA, APB e DECO. No evento APAF *Get Together* tivemos ainda a oportunidade de trocar opiniões acerca dos temas discutidos ao longo da semana.

Destaque também para a Conferência Anual da CMVM, que este ano aconteceu por ocasião da SMI, dedicada ao tema "**A poupança no mercado de capitais: investir num futuro sustentável**". O evento, que contou com mais de 670 participantes (presencialmente e online), reuniu especialistas para debater o papel da poupança e o seu contributo para um futuro mais sustentável.

A CMVM lançou nesta edição da SMI o primeiro "[Relatório do Investidor](#)" que procura contribuir para a proteção do investidor através do reforço da disseminação de informação estandardizada, clara e precisa e do apoio à tomada de decisões de investimento devidamente fundamentadas tendo em vista um maior benefício decorrente da participação no mercado de capitais.

Com uma muito boa cobertura de imprensa e com um número de participantes a evoluir positivamente, a maioria dos eventos foram transmitidos no canal YouTube, tendo gerado mais de 4.300 visualizações. Nas de redes sociais registou-se um significativo número de impressões em *posts* relacionados com a SMI - no LinkedIn 94.000, no Twitter 10.000 e 2.600 no Facebook.

A SMI é uma iniciativa muito válida e o contributo dos nossos parceiros é crucial para a sua ampliação, desenvolvimento e continuado sucesso. A capacitação e proteção dos investidores é fundamental para o desenvolvimento do mercado de capitais, da nossa economia e sociedade. Ou seja, um investimento num futuro sustentável de todos. É com renovado empenho que iniciaremos um novo ciclo.



MEMÓRIA DO SEGURO FAZ REFRESH E APRESENTA NOVAS PEÇAS AO PÚBLICO

A Exposição Permanente Memória do Seguro, na sede da APS, ampliou o seu acervo e apresenta-se renovada, com novas peças, entre as quais o alvará assinado pela Rainha D. Maria II a promulgar os estatutos da Companhia de seguros Garantia, doado pelo grupo Ageas Portugal.

A 7 de maio de 1952, o cidadão Manuel António Marques fez publicar n' *O Comércio do Porto*, uma nota de agradecimento dirigida aos administradores da então companhia de seguros "Douro", onde declarava que se encontrava "completamente indemnizado", no valor de 60 mil escudos, do sinistro ocorrido com a sua camioneta, de matrícula OR-11-77, que se havia incendiado, mostrando-se "satisfeito com a forma criteriosa e amável com que V. Ex.as procederam, o que confirmar mais uma vez o crédito dessa importante e Secular Seguradora". E, terminava, a autorizar que os visados no seu texto fizessem "o uso que julgarem conveniente deste meu agradecimento, já que é útil e lógico que se conheça a correção usada por essa Companhia no pagamento dos sinistros de sua conta".



O recorte deste anúncio de jornal, com 65 anos, é uma entre as várias novas peças que vieram reforçar o acervo da Exposição Permanente Memória do Seguro (EPMS), na sede da Associação Portuguesa de Seguradores (APS). Além de outras notas de agradecimento publicadas em jornais de época, e que ajudam a construir a história dos costumes, mas também do setor segurador, em Portugal, o espaço museológico da APS coloca em exposição novos elementos, alguns de valor histórico incalculável, como é o que caso do Alvará assinado pela Rainha D. Maria II que promulga os estatutos da Companhia de Seguros Garantia.

Aos livros do Tratado de Seguros, de Pedro de Santarém (edições da APS e do Grémio de Seguradores que estavam em arquivos), juntam-se também as peças Vista Alegre alusivas a um dos documentos fundadores do setor segurador em Portugal, durante o reinado de D. Manuel I, no século XVI. Assim como equipamentos antigos das seguradoras, como duas máquinas de escrever e uma outra de calcular, da Olivetti, assim como outros objetos alusivos aos seguros automóvel, de acidentes de trabalho e agrícolas.

À renovação das peças em exposição – tanto por via das doações de particulares e dos associados Grupo Ageas Portugal e Zurich Portugal, como da aquisição pela APS –, juntam-se igualmente a atualização de informação e uma nova decoração de uma das paredes da mostra, com logotipos de antigas empresas de seguro.

No ano em que a APS comemora os seus 40 anos, a EPMS surge assim renovada para prosseguir a sua missão: preservar e valorizar a história e o património, e contribuir para a compreensão da atividade seguradora e da importância do seguro e das seguradoras na sociedade atual.

Aberta ao público em maio de 2019, a EPMS é uma exposição que procura dar nota da já longa história do seguro em Portugal, com mais de 700 anos, desde o tempo em que D. Dinis criou a primeira forma de fazer seguro. Conhecer e apreender o papel do seguro, numa sociedade cada vez mais pressionada pelas alterações climáticas e pelos novos hábitos de consumo e estilos de vida, é fundamental para uma maior e responsável consciencialização sobre o risco (a necessidade de o prevenir, gerir e mitigar) e a importância da segurança e da proteção.

Aberto ao público em geral, o espaço Memória Seguro dirige-se em especial à comunidade escolar, sendo uma ferramenta muito relevante no contexto do programa de literacia financeira que a APS tem em curso, disponibilizando um conjunto de materiais de apoio destinados a apoiar e acompanhar a visita de escolas.



APS VISITA O QUAKE CENTRO DO TERRAMOTO EM LISBOA

A exposição, que procura explicar o Grande Terramoto que, a 1 de novembro de 1755, abalou e destruiu Lisboa, proporcionou uma experiência imersiva à subcomissão de “Riscos Catastróficos, Patrimoniais e Emergentes”, que deixa uma sugestão à organização: há que frisar a importância dos seguros para a resiliência global da sociedade face ao risco sísmico.

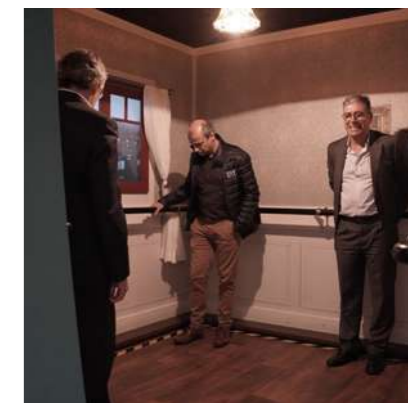
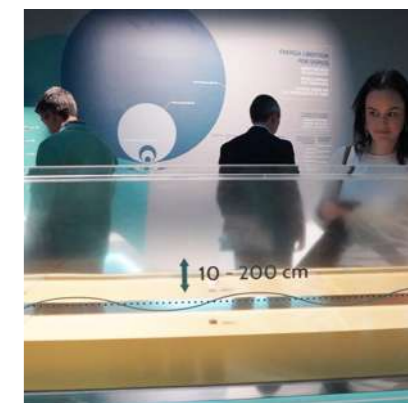


A delegação da subcomissão percorreu o espaço, descrito pela organização como “uma experiência temática e de entretenimento, sensorial e pedagógica que, em forma de narrativa, permite ver, sentir e compreender o Terramoto de Lisboa de 1755” e que, “sob a forma de viagem no tempo, é um convite a descobrir mais sobre o Terramoto de 1755, sobre a época do Iluminismo, sobre Lisboa e sobre eventos sísmicos”. Segundo os responsáveis do Quake, “o rigor histórico e científico, o recurso a tecnologia e a sua narrativa – imersiva durante e intuitiva após a visita – são combinados para despertar a vontade e o interesse em descobrir mais, no presente.”

A visita percorreu 10 salas imersivas com mais de 25 estações interativas, que contam com vários ecrãs interativos e 25 projetores de video-mapping. Os membros da subcomissão sentiram-se a percorrer as ruas da Lisboa desaparecida num ambiente imersivo, revivendo o impressionante terramoto que assolou a cidade em 1 de novembro de 1755 – reproduzido por um simulador em ambiente seguro, com recurso a video-mapping e efeitos especiais. Por sua vez, através de estações interativas, foi também possível entender a origem dos sismos e dos tsunamis e compreender melhor o porquê da destruição de Lisboa em 1755.

A inevitabilidade da ocorrência de novos sismos de elevada magnitude em Portugal foi enfatizada durante a visita ao Quake, tendo sido particularmente relevante para os membros da subcomissão verificar que, tal como é afirmado no [site do Quake](#) na internet, “para além de ajudar a desvendar os acontecimentos de 1 de novembro de 1755, o museu procura sensibilizar os visitantes para a necessidade de adoção de comportamentos preventivos, informando acerca dos planos de proteção civil existentes e, assim, incentivar a responsabilização individual na construção de uma sociedade mais segura.”

Sem prejuízo da extraordinária experiência que proporciona e da qualidade da informação que apresenta, foi, contudo, notória a ausência de referências no Quake ao papel da atividade seguradora na mitigação do risco sísmico, por via do ressarcimento dos danos causados por sismos e tsunamis, e do apoio à reconstrução e à reposição das condições pré-existentes dos segurados. Num país onde a contratação da cobertura de seguro de fenómenos sísmicos é facultativa e abrange apenas cerca de 15% do parque habitacional existente, uma mensagem sobre a relevância deste instrumento para resiliência global da sociedade deveria estar sempre presente neste tipo de iniciativas. Fica a sugestão...



“O MELHOR PRESENTE É ESTAR PRESENTE” APS ASSOCIA-SE À CAMPANHA PROMOVIDA PELA ANSR

Nesta época festiva, é importante que se viaje em segurança e se verifique a validade do seguro e se as suas coberturas são as mais adequadas.

A Sinistralidade Rodoviária é uma tragédia mundial: todos os anos morrem 1,35 milhões de pessoas em todo o mundo. São 3.700 pessoas por dia, 1 pessoa a cada 24 segundos.

Apesar dos bons resultados obtidos nas últimas duas décadas, em Portugal, em média nos últimos dez anos, morrem nas estradas portuguesas cerca de 600 pessoas todos os anos, para além de mais de 2.000 que ficam gravemente feridas e com incapacidades permanentes. Não nos podemos resignar com a possibilidade de perdermos a vida ao utilizar o sistema de mobilidade rodoviária. Zero Mortes na estrada é o nosso propósito e tem de ser o propósito de todos.

O combate à sinistralidade rodoviária é a prioridade da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) e a atividade seguradora apoia esse combate, mas ele só é vitorioso com o envolvimento de todos os setores da sociedade. É necessário que os vários intervenientes do sistema e toda a sociedade assumam o seu compromisso e responsabilidade nesta causa e que trabalhem em conjunto para reduzir as mortes e os feridos nas nossas estradas.



Com a aproximação das quadras festivas as deslocações de automóvel irão aumentar. Todos queremos estar junto das nossas famílias e amigos, reencontrar aquele primo que já não víamos há um ano, e não ter nenhum lugar vazio à mesa. Para celebrar o Natal e o novo ano com alegria, temos de viajar e chegar em segurança.

Para contribuir para que os portugueses possam ter um Natal e um Ano Novo em segurança, e à semelhança dos anos anteriores, a ANSR lançou a campanha “O melhor presente é estar presente”, para sensibilizar os condutores para os perigos associados a comportamentos de risco ao volante, nomeadamente o excesso de velocidade, o consumo de bebidas alcoólicas, a utilização do telemóvel e o cansaço.

A Associação Portuguesa de Seguradores é parceira da ANSR e apela a todos e a cada um que evite comportamentos de risco e que viaje em segurança, recomendando ainda que verifique a validade do seguro e se o mesmo, para além da garantia legalmente obrigatória, possui as coberturas mais adequadas aos riscos que pretende proteger.



REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DA APS EM CONFERÊNCIAS RELACIONADAS COM A ATIVIDADE SEGURADORA

No decurso dos últimos meses, marcados pela dinamização de muitas iniciativas dentro e fora do setor, foram várias as conferências em que a Associação Portuguesa de Seguradores esteve representada pelo seu Presidente, José Galamba de Oliveira. A Seguros & Cidadania destaca:

GRACE “DESCARBONIZAR A ECONOMIA” – 19 DE OUTUBRO, 2022 | CULTURGEST

Sob o mote “Descarbonizar a Economia, Financiar as Empresas”, o Presidente da APS foi keynote speaker desta sessão e apresentou a visão e o papel das empresas na área dos seguros relativamente à temática da sustentabilidade. Esta sessão está disponível neste link e a intervenção da APS inicia ao minuto 1:21:36.

3.ª CONFERÊNCIA ECO SEGUROS – 20 DE OUTUBRO, 2022 | CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA

O painel de debate “Os grandes desafios das seguradoras em ano económico desafiante”, para além da presença de José Galamba de Oliveira, contou também com as intervenções de Rogério Campos Henriques (CEO Fide-

lidade), Steven Braekeveldt (CEO Grupo Ageas Portugal), Teresa Brantuas (CEO Allianz Portugal) e Pedro Carvalho (CEO Tranquilidade/Generali).

CONFERÊNCIA ANUAL 40 ANOS ASF – 17 DE NOVEMBRO, 2022 | CCB

Na Conferência Anual da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, que marcou a celebração dos 40 anos de existência do regulador da atividade seguradora, o Presidente da APS fez uma intervenção em torno do tema “Aumentar a proteção”, que visou a temática das pensões de reforma, focada nas respostas que o setor segurador português preconiza, neste âmbito. Adicionalmente, participou num painel de debate que discutiu as principais problemáticas que resultaram das conclusões de um estudo alargado sobre os principais Protection Gaps que a economia portuguesa enfrenta, que esteve a cargo da Nova School of Business and Economics.

9.ª EDIÇÃO DA CONFERÊNCIA “OS SEGUROS EM PORTUGAL” – 23 DE NOVEMBRO, 2022 | CCB

A conferência organizada pelo Jornal de Negócios contou com José Galamba de Oliveira na intervenção de abertura. As temáticas desta edição centraram-se na “Importância do Digital - A adaptação e implementação de novos processos”, abordando os novos riscos – cibernéticos, pandémicos, climáticos; e, ainda, os novos desafios para o setor segurador, em particular, o impacto social e económico da pandemia, a importância de fortalecer a segurança no setor e a necessidade de criação de produtos adaptados às novas gerações.

RISCOS ESG NA OFERTA FORMATIVA DA APS



O curso online, que decorreu em novembro, centrou-se nos padrões de sustentabilidade das empresas no que diz respeito ao ESG (sigla em inglês para Ambiente, Social e Governança)

A gestão do risco climático está a ganhar cada vez mais preponderância no setor segurador, pelo que é fundamental sensibilizar e formar os colaboradores das empresas de seguros para o tema. Com esse intuito, a APS lançou uma formação digital, em quatro módulos, que decorreu ao longo do mês de novembro, e que apresentou a regulamentação e enquadramento atualmente existentes para este tipo de risco, analisando os fundamentos sobre as mudanças climáticas e os aspetos práticos para os seguradores no que diz respeito à estratégia de gestão e *reporting*.

No centro da formação, estiveram temas como TCFD (*Task Force on Climate-related Financial Disclosures*), gestão do risco climático, indicadores de medição e de gestão do risco climático, os modelos de informação e as principais tendências em Sustentabilidade e Risco Climático, entre outros.

Os cursos disponibilizados pela APS podem ser consultados na [página](#) da associação dedicada à oferta formativa.



GFIA NOMEIA SUSAN NEELY COMO PRESIDENTE E FAZ NOVAS NOMEAÇÕES PARA O COMITÉ EXECUTIVO

A Federação Global de Associações de Seguros (GFIA, na sigla em inglês) elegeu, em Assembleia Geral, Susan Neely como sua nova presidente e fez novas nomeações para seu comité executivo.

Susan Neely, que é presidente e CEO do American Council of Life Insurers, substituiu assim Don Forgeron, presidente e CEO do Insurance Bureau of Canada, à frente do GFIA. Tim Grafton, presidente executivo do Conselho de Seguros da Nova Zelândia, assume a vice-presidência, sucedendo a Neely. Norma Alicia Rosas, diretora geral da Asociación Mexicana de Instituciones de Seguros, membro da Federación Interamericana de Empresas de Seguros, substituiu Grafton como membro executivo. A nova direção do GFIA assume o mandato para os próximos dois anos.

No seu primeiro discurso à frente da GFIA, Susan Neely afirmou: "Sinto-me honrada por ser eleita presidente da GFIA e espero aproveitar o sucesso de Don Forgeron na liderança da organização nos últimos dois anos. Don e outros líderes aperfeiçoaram, significativamente, a missão da GFIA enquanto voz unida em questões globais de seguros. Assim, em 2023 vamos lançar um estudo sobre as gap protections [lacunas de proteção], que permita, a partir das suas conclusões, desenvolver iniciativas e políticas para responder a este desafio."

Acrescentou ainda: "As seguradoras fazem contribuições importantes para as sociedades e as economias em todo o mundo, por meio da proteção que oferecem e dos investimentos que fazem. Juntos, através da GFIA, vamos apresentar soluções para os desafios de proteção contra os riscos que os países enfrentam e trabalhar na criação de políticas globais que permitam ajudar os povos a prosperar."

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO SETOR SEGURADOR

07/06/2022	ASF publica Norma relativa à conduta de mercado e ao tratamento de reclamações - Norma Regulamentar n.º 7/2022-R.
08/06/2022	ASF publica Norma relativa à segurança e governação das Tecnologias da Informação e Comunicação e subcontratação a prestadores de serviços de computação em nuvem - Norma Regulamentar n.º 6/2022-R.
27/06/2022	Publicado o Orçamento do Estado para 2022.
05/07/2022	APS marca presença institucional no Fórum Nacional de Seguros e promove debate sob o mote "Aumentar a proteção".
12/08/2022	40.º aniversário da APS
30/09/2022	Decreto-Lei n.º 66-A/2022, de 30 de setembro - Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
03/10/2022	APS faz o balanço final dos incêndios de julho e agosto: seguradoras pagam indemnizações superiores a 11 milhões de euros.
07/10/2022	Último dia de atividades da 6.ª Semana Mundial do Investidor, uma iniciativa organizada em Portugal pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.
10/10/2022	Publicada proposta de Orçamento do Estado para 2023.
21/10/2022	Publicada a Lei que permite o resgate extraordinário de PPR, no âmbito das medidas do Governo para mitigar os efeitos da inflação (Lei n.º 19/2022).
25/10/2022	APS lança, oficialmente, Jornada segura, o 9.º livro da coleção Seguros e Cidadania. Também neste dia se realiza a Sessão Solene da Semana da Formação Financeira, promovida pelo Plano Nacional de Formação Financeira.
02/11/2022	ASF publica a Norma Regulamentar n.º 9/2022-R, de 2 de novembro – Plano de Contas para as Empresas de Seguros.
24/11/2022	Publicado em Diário da República (1.ª série) o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 9/2022 - «A cláusula contratual geral inserta em contrato de seguro, mesmo facultativo, em que se define o sinistro 'Incêndio' como 'combustão acidental', não cobre, no seu âmbito e alcance, o incêndio causado dolosamente por terceiro, ainda que não seja identificado o seu autor».
25/11/2022	Aprovado o Orçamento de Estado para 2023.
28/11/2022	Conselho de Administração da ASF tem nova composição. Primeiro dia da Semana Europeia da Reforma, dinamizada pela Insurance Europe, a federação europeia das Associações de seguradores.
07/12/2022	Mau tempo em Portugal: empresas de seguros já estão em campo para apurar os sinistros resultantes das chuvadas que se registaram no início de dezembro.
18/12/2022	APS apoia a campanha de Natal e Ano Novo 2022/23 da Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária, "O melhor presente é estar presente".



Vitor Amaral

Presidente da Associação Portuguesa das Empresas de Gestão e Administração de Condomínios (APEGAC)

SEGURO DE EDIFÍCIO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL: O ANACRONISMO DA LEI

Pode dizer-se que [o legislador] perdeu a melhor oportunidade de tornar uma norma anacrónica numa norma que corresponda à atualidade e ao interesse de cerca de cinco milhões de portugueses que vivem em condomínio, por não haver razão alguma para teimar em manter na lei o que já não faz qualquer sentido.

O artigo 1429.º do Código Civil (CC), que se insere no regime da propriedade horizontal dizia, à data de entrada em vigor (1966), que “é obrigatório o seguro do edifício contra o risco de incêndio”.

Em 1994, por força do Decreto-Lei n.º 267/94, aquela norma passou a ter a seguinte redação: “é obrigatório o seguro contra o risco de incêndio do edifício, quer quanto às frações autónomas, quer relativamente às partes comuns”.

Quando se esperava que a norma fosse melhorada, o DL 267/94 veio complicar ainda mais a vida a condóminos e administradores. Na redação primitiva era obrigatório o “seguro do edifício” e dúvidas não subsistem que o edifício (em propriedade horizontal) é composto por frações autónomas e partes comuns, não se vendo necessidade alguma para o introduzir expressamente na norma, o que permitiu diferentes interpretações por parte de condóminos, administradores de condomínio, entidades credoras dos condóminos com crédito hipotecário e seguradoras. O que era simples, complicou-se.

O regime da propriedade horizontal foi novamente alterado pela Lei n.º 8/2022, de 10 de janeiro, mas o legislador entendeu, erradamente, não alterar o art.º 1429º do CC. É o “erradamente” que se procurará demonstrar nestas linhas.

Em 1966, a madeira ainda era um componente de excelência na construção, desde portas e janelas, até ao ripado das coberturas, passando pelo soalho e forro. Além disso, havia poucos condomínios e estes não tinham a complexidade e número de frações da atualidade. A evolução dos materiais e da forma de construção, levou a que a madeira, apesar de continuar a ser um componente nobre, deixasse de ser um interveniente com grande peso no edificado, sendo substituído por materiais que reduzem significativamente o risco de incêndio.

Por outro lado, quer por imposição dos credores hipotecários, quer por escolha consciente dos condóminos ou por força do que possa dispor o regulamento do condomínio sobre esta matéria, bem como pela necessidade de garantir a cobertura de riscos como tempestades, inundações, danos por água, roturas de canalização, etc., grande parte dos edifícios em propriedade horizontal optaram, e bem, pelo designado seguro multirriscos. Esta é uma

opção lógica, pelas diversas vantagens que este seguro tem em comparação com o seguro de incêndio, bastando consultar-se os indicadores de sinistralidade, que nos dizem claramente que apenas uma pequena percentagem de ocorrências diz respeito ao risco de incêndio.

A norma em análise impõe ao administrador do condomínio que efetue o seguro (de incêndio ou o que for imposto pelo regulamento) “quando os condóminos o não hajam feito dentro do prazo e pelo valor que, para o efeito, tenha sido fixado em assembleia”, acrescentando o CC, no artigo 1436º, que o administrador deve “verificar a existência do seguro contra o risco de incêndio”, como se esta fosse uma tarefa fácil, tendo em conta que os condóminos podem, sem necessidade de o submeter à assembleia, efetuar o seguro da sua fração sem entregar o respetivo comprovativo ao administrador, o que poderá potenciar a conflitualidade.

Alguns condomínios tornam esta situação através da contratação de um seguro de partes comuns, o que é um erro, até porque o administrador não deixa de ser responsabilizado, no caso de haver um sinistro e alguma das frações não tenha seguro.

O condómino ao fazer o seguro da sua fração está a segurar a percentagem que essa fração tem nas partes comuns (regime da compropriedade); assim, estando todas as frações seguradas, as partes comuns também o estão. Neste caso, o condomínio ao fazer o seguro de partes comuns está a duplicar esse seguro, quando sabemos que, no caso de haver um sinistro, o tomador de seguro ou segurado não ser duplamente ressarcido dos danos cobertos, sob pena de enriquecimento sem causa.



O seguro do edifício tanto pode ser feito individualmente, por cada um dos condóminos, como pelo condomínio, representado pelo respetivo administrador, neste caso quando o seguro é coletivo ou misto, ou seja, quando inclui todas ou apenas algumas das frações.

Quando o seguro não é coletivo, aumenta a dificuldade de gestão dos sinistros, especialmente nas partes comuns, porque cada um dos condóminos terá de efetuar a participação à respetiva seguradora e serão tantas as apólices quantas as frações existentes, podendo acontecer, por exemplo:

1. Serem várias as seguradoras a intervir;
2. As apólices terem coberturas diferentes e só algumas cobrirem o risco em causa;
3. Apólices com franquias e outras sem franquias;
4. Vários processos de sinistro, a correr em várias seguradoras, com várias peritagens, que poderão ter conclusões distintas;
5. A regularização do sinistro ser mais demorada.

Esta situação deixaria de se colocar se fosse obrigatório que cada edifício tivesse um único seguro, tipo multirriscos, o que em nada prejudicaria os condóminos, mesmo aqueles que recorram ao crédito bancário porque, neste caso, as entidades credoras dos condóminos apenas poderiam exigir que o seu cliente apresentasse o comprovativo do seguro do edifício, no qual se inclui a respetiva fração.

Esse seguro coletivo resolveria também a questão do capital a segurar, que se levanta muitas vezes de forma injustificada, bastando que se cumprisse o que já está previsto, ou seja, atribuindo ao edifício o valor da sua reconstrução, com a respetiva atualização anual, deixando de haver frações iguais com capitais diferentes.

O legislador, incompreensivelmente, até porque o CC não é um diploma legal que deva ser frequentemente alterado, perdeu uma boa oportunidade para tornar obrigatório o seguro multirriscos, com um elenco mínimo de coberturas base, a ser contratualizado pelo condomínio. Pode dizer-se que perdeu a melhor oportunidade de tornar uma norma anacrónica numa norma que corresponda à atualidade e ao interesse de cerca de cinco milhões de portugueses que vivem em condomínio, por não haver razão alguma para teimar em manter na lei o que já não faz qualquer sentido.

aps ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE SEGURADORES